

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATHAN BUENO MACÊDO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS SINO-BRASILEIRAS:
PERSPECTIVAS PARA O COMEÇO DO NOVO MILÊNIO**

Santana do Livramento

2017

NATHAN BUENO MACÊDO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS SINO-
BRASILEIRAS:
PERSPECTIVAS PARA O COMEÇO DO NOVO MILÊNIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Prof . Dr^a. Anna Carletti

Santana do Livramento

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.951

M141r Macêdo, Nathan Bueno

As relações bilaterais e multilaterais sino-brasileiras:
perspectivas para o começo do novo milênio / Nathan Bueno
Macêdo.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Relações Internacionais Sino-Brasileiras. 2. Relações
Bilaterais Sino-Brasileiras. 3. Relações Multilaterais Sino-
Brasileiras. 4. História do Brasil e da China. 5. Brasil e
China no Século XXI. I. Título.

NATHAN BUENO MACÊDO

**AS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS SINO-
BRASILEIRAS:
PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Anna Carletti (Orientadora)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi (Membro da Banca)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Balardim (Membro da Banca)
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à
todas as pessoas que eu amo e as que eu já amei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu pai Eduardo Faustino, pois sem seu apoio emocional, grande esforço financeiro e seus valiosos conselhos eu jamais teria conseguido realizar o sonho de cursar Relações Internacionais. Agradeço também a minha mãe Elaine e aos meus irmãos Vinícius e Madu pelo grande apoio prestado durante toda a minha vida acadêmica.

Agradeço a minha mãe-soka Magda por me recepcionar no Sul, me ajudar evoluir espiritualmente através do budismo e cuidar de mim com todo o seu lado maternal. Algumas coisas são obras do destino.

Agradeço, em especial, a minha orientadora Anna Carletti por me proporcionar aprendizados incríveis. Ver a Ásia e o mundo através dos seus olhos foi e é uma experiência única e que, de certa forma, mudou a percepção da minha existência como ser pensante. Agradeço também pelo seu calor humano que levarei em minha memória para o resto da vida.

Agradeço a minha amiga Hannah por me ensinar o valor de uma verdadeira amizade, mostrando que a distância é apenas um pequeno detalhe.

Agradeço também ao Vitor Iwaji Kino por fazer parte de um breve momento da minha vida, ter me ajudado nos momentos mais difíceis da graduação e por ter me ensinado que o amor transcende raças, classes e gêneros.

Limitações são fronteiras criadas apenas pela
nossa mente.

Provérbio chinês

RESUMO

O Brasil e a China assumiram um protagonismo no âmbito regional e global no início do novo milênio. A pujante dimensão política e econômica, que ambos Estados possuem, reflete um momento de transição estrutural do sistema internacional. Nesse contexto, de reordenamento de poderes nas relações internacionais, uma aproximação sino-brasileira evidencia a nova identidade do sistema internacional. Ou seja, a busca por um complexo de relações mais justo, pacífico, pragmático e que busca se desvencilhar de quaisquer tipos de opressão no campo internacional. Desta maneira, a presente pesquisa busca entender a construção das relações sino-brasileiras – num sentido bilateral e multilateral-, observando padrões de comportamento de cada Estado desde o início de suas relações para assim compreender as lógicas que guiam as importantes parcerias entre o Brasil e a China no século XXI.

Palavras Chave: Relações Bilaterais Sino-Brasileiras, Relações Multilaterais Sino-Brasileiras, História do Brasil e da China, Brasil e China no Século XXI.

ABSTRACT

Brazil and China have taken a leading role at the regional and global levels at the beginning of the new millennium. The strong political and economic dimension that both states have reflects a moment of structural transition of the international system. In this context, of reordering powers in international relations, a Sino-Brazilian approach evidences the new identity of the international system. That is, the search for a more just, peaceful, pragmatic complex of relations that seeks to break free of any kind of oppression in the international field. In this way, the present research aims to understand the construction of Sino-Brazilian relations in a bilateral and multilateral sense, observing patterns of behavior of each State from the beginning of their relations, in order to understand the logics that guide the important partnerships between Brazil and China in the 21st century.

Keywords: Sino-Brazilian Bilateral Relations, Sino-Brazilian Multilateral Relations, History of Brazil and China, Brazil and China in the 21st Century.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
- ASA – América do Sul e África
- ASPA – América do Sul e países árabes
- BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CLN – Conselho da Liga das Nações
- COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CBRES – *China-Brazil earth resources satellite*
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- G-4 – Grupo dos Quatro
- G-8 – Grupo dos Oito
- G-20 – Grupo dos Vinte
- IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
- KMT – *Kuomintang*
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCCh – Partido Comunista Chinês
- PEI – Política Externa Independente
- PIB – Produto Interno Bruto
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 – INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 – O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASILEIRAS COM A ÁSIA ORIENTAL..... | 17 |
| 2.1 – A primeira onda migratória chinesa para o Brasil | 18 |
| 2.2 – Os primeiros contatos políticos sino-brasileiros..... | 19 |
| 2.2.1 – Os efeitos da decadência da Dinastia Qing (China) e da transição de império para república (Brasil) nas relações sino-brasileiras | 21 |
| 2.3 – A primeira onda migratória japonesa para o Brasil e o início das relações nipo-brasileiras..... | 27 |
| 2.4 – A reaproximação sino-brasileira no contexto da Guerra Fria..... | 29 |
| 3 – AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA..... | 36 |
| 3.1 – Deng Xiaoping e a Periferia | 37 |
| 3.1.1 – Relações sino-brasileiras no período de Deng Xiaoping..... | 41 |
| 3.2 – Jiang Zemin e sua atuação na política externa | 43 |
| 3.2.1 – Jiang Zemin e sua relação com o Brasil | 45 |
| 3.3 – A importância da Virada do Milênio no reordenamento das relações sino-brasileiras ... | 47 |
| 4 – O MULTILATERALISMO SINO-BRASILEIRO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS..... | 54 |
| 4.1 – Formação e consolidação do BRICS | 57 |
| 4.2 – A dissonância no G-20 | 61 |
| 4.3 – O dilema dos países G-4 no Conselho de Segurança da ONU..... | 64 |
| 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 69 |
| 6 – REFERÊNCIAS | 74 |

1 – INTRODUÇÃO

Os laços entre o Brasil e a China são recentes nas relações internacionais. A historiografia mundial nos mostra que as aproximações entre estes Estados só tomaram força a partir da segunda metade do século XX. O tardio estabelecimento das relações sino-brasileiras foi provocado por diversos fatores externos e internos de cada um destes Estados. Por exemplo, enquanto a China tem uma vasta história civilizacional que remonta aos primórdios da humanidade, o Brasil é um país ainda jovem possuindo apenas meio milênio de existência. A formação política chinesa é caracterizada por longas dinastias, impérios legitimados pelas “forças celestiais”, invasões por parte de outros povos, revoluções e inúmeros conflitos ocasionados por desastres como secas, carestias, inundações, etc. A formação política brasileira é recente e foi toda importada da Europa. Isto é, nos primeiros séculos, o Brasil era uma extensão ultramarina do reino português, tendo sua história política fortemente ditada pelas conjunturas europeias. A formação cultural e social chinesa teve forte influência das ideias de Confúcio e das doutrinas budistas, que ainda refletem fortemente na atual estrutura social da China. Por outro lado, a formação cultural e social brasileira foi quase que exclusivamente construída através dos valores eurocristãos introduzidos durante a colonização. Além desses fatores, a disposição geográfica que cada um destes Estados possui no globo – diametralmente opostos – não permitiu que o Brasil e a China alcançassem o patamar de parceiros durante a maior parte da história de suas relações.

Contudo, recentemente evidenciou-se que ambos os países apresentam potencialidades e capacidades semelhantes, aproximando-os e enfatizando interesses econômicos e estratégicos comuns. Se antes as diferenças eram fatores determinantes para a ausência das relações entre o Brasil e a China, neste momento as semelhanças se sobrepõem e ditam o curso das atuações destes dois Estados. O protagonismo regional, a dimensão territorial continental, economias com enormes níveis de desenvolvimento, e o anseio em construir um espaço internacional, na medida do possível, pacífico e harmonioso, levaram estes dois Estados a unirem suas vozes nos principais fóruns multilaterais, onde sua atuação destacou-se pelo compromisso conjunto rumo ao crescimento e fortalecimento dos países da periferia do mundo em relação aos centros de poderes tradicionais atualmente em declínio.

A justificativa que guia a execução deste trabalho é voltada na inegável importância brasileira e chinesa no cenário regional e internacional no novo milênio. Tendo consciência

disso, percebe-se que a política externa brasileira, no início do novo milênio, favoreceu pautas que ampliassem sua atuação no Sistema Internacional. Buscando romper quaisquer relações viciosas decorrentes do trauma do fracasso do liberalismo econômico implementado no Brasil na década de 1990, o país voltou a se atentar pelas pautas dos países em desenvolvimento e procurou lograr um maior diálogo nas relações Sul-Sul, além de uma maior atuação nas organizações internacionais.

Em relação à China, o sucesso alcançado nos processos de industrialização e modernização, e seu relativo crescimento em termos de produção levou o país a remodelar sua política externa e preparar sua nova projeção no mundo. Nota-se que apesar de sua proeminência internacional, a natureza *sui generis* da China indica que suas pretensões são diferentes das outras potências. Ou seja, observando as atuações ao longo da história da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, as similaridades entre pretensões dessas duas potências são: ampliação geográfica das suas zonas de influência, hegemonia política, relações estratificadas e “monopólio” das decisões comerciais e econômicas. Já no caso chinês, a ampliação de parceiros comerciais, maior abertura no campo político internacional, além de uma busca de “melhoramento” de sua imagem na arena internacional enviesam a atuação chinesa no mundo.

É importante buscar compreender as parcerias entre o Brasil e a China bem como entender os efeitos dessas aproximações para o nosso país a partir do novo milênio, parte daí a necessidade e vontade de analisar a história política entre estes dois importantes Estados. Sendo assim, a relevância desse trabalho na academia reside na tentativa de desvendar os vieses da construção do relacionamento sino-brasileiro, na perspectiva política para este novo milênio.

Com o avanço das relações sino-brasileiras, observou-se uma vasta e rica produção acadêmica sobre a parceria entre o Brasil e a China nas áreas comerciais e econômicas. A excessiva atenção no campo econômico-comercial acaba por gerar uma saturação acadêmica e evidência a falta de produção nos campos que envolvem a política e a diplomacia. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é contribuir, mesmo que minimamente, para o entendimento das relações sino-brasileiras se desvencilhando de uma visão estritamente econômica e buscando dar foco à política nas relações diplomáticas, bilaterais e multilaterais entre estes dois países.

Ao observar a trajetória das relações internacionais brasileiras com o Oriente, constata-se que há uma lacuna nas relações bilaterais e multilaterais com os países asiáticos, remanescente dos poucos contatos políticos e diplomáticos em comparativo com os principais

centros de poder nos séculos XIX e XX (leia-se Estados Unidos da América e países da Europa Ocidental). A lacuna seria atribuída aos poucos contatos políticos e diplomáticos entre o Brasil e o Extremo Oriente no período inicial de suas relações. Entretanto, há uma virada nesse quadro, onde pode se observar uma clara aproximação com a China a partir da segunda metade do século XX, devido às mudanças conjunturais e estruturais no Sistema Internacional. A indagação surge justamente em quais são as pretensões de ambos Estados em relação ao aprofundamento das relações sino-brasileiras tanto no sentido bilateral como multilateral. Deste modo, a problemática que guiará as pesquisas e que servirá de norte para a execução deste trabalho é: devido ao histórico da construção política das relações entre o Brasil e a China, quais são as atuais perspectivas brasileiras e chinesas para a aproximação tanto bilateral quanto multilateral neste começo de novo milênio?

Levando em consideração a proeminência no sistema internacional tanto do Brasil quanto da China, devido as suas capacidades de ampla projeção internacional nos campos políticos, comerciais e econômicos, percebe-se que um fortalecimento das relações sino-brasileiras seria inevitável devido às mudanças das conjunturas internacionais, tais como o questionamento da hegemonia estadunidense no Pós 11 de Setembro de 2001 e a Crise Econômica Mundial de 2008.

Outro fator a ser levado em consideração são as características compartilhadas pela China o Brasil. Dentre as principais elencadas são: a adoção de uma diplomacia focada no multilateralismo, atenção as pautas Sul-Sul, enquadramento em economias emergentes e grande participação em organizações e fóruns internacionais. Neste conjunto de fatores mencionados anteriormente, a hipótese que surge é que as relações sino-brasileiras estariam voltadas para a questão de contrabalancear outros polos de poder e rearranjos regionais e internacionais trazidos pela globalização. Em suma, a perspectiva brasileira seria a ampliação e diversificação de importantes parceiros políticos, comerciais e econômicos a partir da China buscando maior autonomia regional e global. Já a perspectiva chinesa para a aproximação brasileira estaria mais focada nas questões comerciais, percebendo que um reforço nas relações com o Brasil seria de suma importância para sua projeção na América Latina.

Para buscar responder a essa problemática proposta pelo trabalho, temos como objetivo geral analisar as relações políticas/diplomáticas bilaterais e multilaterais do Brasil e da China. Para a execução deste objetivo é necessário: a) fazer uma retomada histórica analisando as relações entre o Brasil e a Ásia Oriental, com o foco voltado principalmente para a China; b) investigar as semelhanças e diferenças da relações bilaterais entre o Brasil e a China no final

do século XX e início do século XXI; e c) identificar as consonâncias e divergências entre ambos os Estados por meio de suas atuações no BRICS, G-20 e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Por ser uma rede de relações complexas que englobam economia, sociologia, política, diplomacia, é uma tarefa árdua fazer uma limitação de recorte temporal uma vez que cerca de 200 anos – período aproximado dos primeiros contatos sino-brasileiros até a execução deste trabalho - pode ser um curto período de tempo analisando as estruturas internacionais ou um longuíssimo tempo analisando sob a ótica das conjunturas internacionais. Deste modo, cada capítulo obedecerá um recorte temporal específico para melhor compreender a evolução destas relações.

O primeiro capítulo terá como recorte os primeiros processos migratórios chineses para o Brasil no ano de 1810 até o final da gestão de Mao Zedong em 1976. Este é o recorte temporal mais longo analisado no trabalho, compreendendo cerca de 166 anos. Mesmo assim, é factível as análises dado que os contatos políticos entre o Brasil e a China foram escassos. Neste capítulo será tratado sobre o início da história das relações do Brasil com a Ásia Oriental. Será versado sobre os dois principais processos migratórios asiáticos para o Brasil e a importância que a China e o Japão assumiram nessas relações. É necessário discorrer sobre o Japão nesta primeira parte para evidenciar – em contraponto - a complexidade das relações sino-brasileiras logo em seu início. Indo além, serão analisados os processos históricos domésticos que cada um destes Estados passou no século XIX para explicar a falta de proximidade entre ambos. Depois, já na metade do século XX, elementos como a Política Externa Independente, Maoísmo e Guerra Fria serão abordados para elucidar a consolidação oficial das relações entre o Brasil e a China.

O segundo capítulo, referente às relações bilaterais, fará uso do recorte histórico que compreende desde o início da gestão do presidente chinês Deng Xiaoping no ano de 1982 até o fim da gestão do presidente brasileiro Lula no ano de 2010, compreendendo 28 anos. A factibilidade deste recorte temporal reside na construção das relações bilaterais mais densas entre o Brasil e a China entabulada por Xiaoping e adquirindo um novo significado através de Lula. Neste capítulo, dentro do recorte temporal estipulado, será analisado a atuação e o reordenamento de política externa de cada líder chinês e do presidente Lula. Conceitos trazidos de Wallerstein e da Conferência de Bandung acerca do Sistema-Mundo e Centro e Periferia, serão importantes ferramentas para compreender a visão de cada líder analisado. Outros conceitos igualmente importantes para as análises são Norte e Sul, Guerra Fria e as Autonomias de política externa brasileira, etc.

O terceiro capítulo, que irá tratar sobre as consonâncias e divergências nas suas relações multilaterais, é o único capítulo cujo recorte temporal encontra-se inteiramente no século XXI. Apesar de necessário discorrer sobre os processos de formação de cada bloco multilateral proposto neste trabalho – que são anteriores ao novo milênio – o foco será nos anos de 2001, quando surge a ideia da formação do BRICS, até o ano de 2016, que compreende os últimos anos do G-4. Sendo assim, os três agrupamentos multilaterais a serem analisados são os BRICS, G-20 e o G-4 dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Elegeram-se o BRICS por ser um grupo com pautas mais abrangentes, o G-20 por trazer questões de política econômica e o G-4 por abarcar temas de segurança internacional. Além de discorrer brevemente sobre a formação histórica de cada um deles, os principais conceitos trabalhados são Multilateralismo, Organismos Internacionais, Globalização, entre outros.

2 - O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASILEIRAS COM A ÁSIA ORIENTAL

O continente asiático é um vasto e rico conjunto de Estados que ocupam quase metade da porção terrestre do globo e possui complexas realidades com dinâmicas regionais singulares. A formação histórica, cultural e econômica dos Estados asiáticos abrange uma complexa rede de relações que se iniciaram desde tempos imemoriais, com o surgimento de importantes civilizações como a indiana e a chinesa. A China, com sua civilização desenvolvida às margens do Rio Amarelo, é um importante ator na história da formação da humanidade devido ao fato de ser uma das civilizações mais avançadas durante um longo período histórico. A Ásia como conhecemos hoje é fruto da proeminência chinesa na região, que foi bastante importante economicamente para o desenvolvimento de todo o continente através da Rota da Seda que ligava e interagia este com a África e a Europa.

Com o protagonismo europeu logo após as sucessivas navegações que buscavam ampliar laços comerciais a partir do século XVI, o continente asiático vê sua atuação na arena internacional minimizada pelos poderes e anseios das novas potências da Europa, como no caso da colonização britânica no subcontinente indiano e subjugação chinesa no seu “século de humilhação”, ambos no século XIX. A Ásia só retorna com força total no cenário internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, onde processos de descolonização, revoluções, independências, reconfigurações econômicas e comerciais enfatizam a enorme importância dos Estados asiáticos. Contudo, especialmente no Brasil, constata-se ainda um distanciamento cultural e acadêmico em relação à Ásia. O distanciamento com os assuntos asiáticos tem um motivo: o tardio estabelecimento das relações entre o Brasil e os países asiáticos.

Quando se pensa no relacionamento Brasil-Ásia, destaca-se com muita clareza a presença de um problema que dificulta sobremaneira o estreitamento de relações: o desconhecimento brasileiro sobre as realidades asiáticas. É, no entanto, forçoso realçar que este desconhecimento é mútuo, se o Brasil desconhece a Ásia, a Ásia igualmente demonstra ter pouca consciência do que é o Brasil, como é sua organização sociopolítica e quais suas potencialidades (ALTEMANI, 2006, p.171).

Com efeito, os primeiros contatos políticos com o continente asiático não faz nem 208 anos, período este que numa escala temporal das Relações Internacionais significam pouquíssimo tempo. Para analisarmos a evolução das relações asiático-brasileiras, o trabalho neste primeiro capítulo focará em dois Estados asiáticos de maior importância para o Brasil desde os primeiros contatos no século XIX: a China e o Japão.

2.1 – A primeira onda migratória chinesa para o Brasil

O primeiro contato brasileiro com o a China ocorreu no ano de 1810, com a chegada de cerca de trezentos imigrantes que “instalaram-se nos arredores do Rio de Janeiro, no intuito de iniciar plantações de chá” (MINGDE, 2003, p. 69). De acordo com Chang-Sheng (2009), os chineses foram os primeiros imigrantes a chegarem ao Brasil de forma não forçada para trabalhar em lavouras no século XIX.

Um importante personagem na história da construção das relações asiático-brasileiras foi Conde de Linhares¹. Ele se interessou pela mão-de-obra chinesa visto que era uma solução para “contornar a proibição do tráfico negreiro, imposta pelos ingleses” (CHANG-SHENG, 2009 p.45). O estímulo à imigração chinesa era um projeto econômico estratégico que buscava captar chineses provenientes principalmente de Macau. Esta região possui similaridades linguísticas e históricas com o Brasil visto que sua colonização também foi portuguesa, o que propiciou um maior diálogo no período.

A primeira onda migratória chinesa para o Brasil tinha como destino o reduto rural da família real brasileira no Rio de Janeiro. Com o aportamento do Navio *Vulcano* no Cais da Imperatriz em 1810, chegaram os primeiros chineses com mudas de chás para cultivo.

Apesar da boa vontade de ambas as partes, o cultivo de chá pelos chineses foi, de modo geral, considerado um fracasso. Por um lado, o diretor do Jardim Botânico tratava os trabalhadores de forma severa, suspeitando de que eles, propositalmente, mantivessem segredos sobre suas técnicas mais sofisticadas de processamento do chá – o que não era verdade, pois os chineses geralmente bebem chá verde e simplesmente não conheciam os gostos euro-brasileiros, que preferiam tomar o chá preto adoçado com açúcar. Por outro lado, os próprios chineses não aceitaram de forma passiva as condições de servidão dentro da fazenda imperial (CHANG-SHENG, 2009, p.46).

Esta onda migratória mostrou-se um insucesso dado que não houve uma formulação política para melhor recepção desses imigrantes durante a gestão de Dom João VI, como houvera posteriormente com as ondas migratórias alemãs, italianas e japonesas no Brasil. As condições impostas aos trabalhadores chineses eram análogas aos trabalhadores escravos de origem africana, e inclusive suas identidades culturais e linguísticas foram suprimidas pelos

¹ Domingos de Sousa Coutinho foi um militar que recebeu o título de Conde de Linhares e viveu na época entre os anos de 1755 e 1812.

euro-brasileiros – não lhe permitindo nem a manutenção de seus nomes nacionais, tendo que ser substituídos por nomes cristãos.

Como resultado da primeira imigração, os poucos chineses que vieram para o Brasil começaram a trabalhar como mascates e pasteleiros, pois eram trabalhos que exigiam “pouco capital e permitia ao vendedor trabalhar sozinho. Coisa relativamente fácil para os que não têm dinheiro e nem falam o idioma da terra” (CHANG-SHENG, 2009, p.46).

2.2 – Os primeiros contatos políticos sino-brasileiros

As migrações chinesas ocorreram de modo inexpressivo comparado às outras migrações com destino ao Brasil. O governo chinês desestimulava as ações visto que não lhe agradava a ideia de seus nacionais serem explorados em terras estrangeiras. Houve, então, uma lacuna temporal de 1810 – com a primeira chegada de chineses – até 1880 – com a assinatura de um tratado internacional entre Brasil e China. Como versa Altemani (2006), até quase o final do século XIX, não havia qualquer tipo de relacionamento entre o Brasil e a Ásia. De fato, naquele século as relações Brasil-Ásia se resumiram à limitada imigração chinesa, a assinatura de tratados com a China (1880) e Japão (1895) e a abertura do primeiro consulado brasileiro situado na cidade chinesa de Xangai em 1883.

A primeira troca de consulados entre o Brasil e a China foi uma resposta a necessidade de melhor atender as demandas sociais dos migrantes chineses que pretendiam trabalhar no Brasil ou que já estavam alocados no país. O documento que serve de “certidão de nascimento” para o consulado brasileiro na China foi assinado no dia primeiro de agosto de 1880, cujo “os governos brasileiros e chinês (Dinastia Qing²) assinaram em Tianjin o *Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação*” (MINGDE, 2003, p. 69).

Também no início do século XX, no ano de 1909, o governo da Dinastia Qing “enviou seu comissário imperial ao Rio de Janeiro, então capital brasileira, onde foi calorosamente recebido pelo presidente brasileiro” (MINGDE, 2003, p. 69). De acordo com o autor, esses dois eventos simbólicos representam o início das relações diplomáticas entre o Brasil e a China.

² A Dinastia Qing é a última dinastia imperial da China. Perdurou entre os anos de 1644 e 1912, sendo sucedida pela República da China.

Entretanto, há uma lacuna de vários elementos que impossibilitam de classificar essas ações além de meras aproximações ou contatos de Estados.

As relações diplomáticas podem ser caracterizadas pela *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas*. Este tratado firmado em 1961, numa conferência das Nações Unidas acerca do conceito de diplomacia, levanta qualificações para as relações diplomáticas entre dois Estados. Mesmo este tratado sendo firmado 78 anos depois da construção do consulado brasileiro em Xangai, seus artigos servem de parâmetro para as análises da construção das relações sino-brasileiras.

No Artigo 2º descreve que “o estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados e o envio de missões diplomáticas permanentes efetuam-se por consentimento mútuo” (Decreto-Lei n.º 48295). No século XIX, observou o apetrechamento de um estabelecimento de relações diplomáticas sino-brasileiras, contudo, não foram formuladas missões diplomáticas entre o Brasil e a China no período em questão.

No Artigo 3º da convenção são elencados diversos pontos caracterizantes do estabelecimento formal de uma missão diplomática – o pilar das relações diplomáticas –, sendo a alínea e. o mais relevante ao mencionar que uma das importantes funções diplomáticas é “promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas” (Decreto-Lei n.º 48295). Notoriamente a abertura do consulado brasileiro na China não trouxe ganhos políticos mensuráveis para cada Estado e não correspondeu a nenhuma das funções diplomáticas supracitadas.

Numa visão macro, o tardio relacionamento do Brasil e da China durante o século XIX e início do século XX pode ser explicado pela grande distância geográfica. Indo além, a reestruturação política brasileira e chinesa explicam as fragilidades dos primeiros contatos políticos e diplomáticos. No recorte histórico que compreende o primeiro movimento migratório chinês e o conjunto de ações políticas que levaram a criação do consulado – entre 1810 até a primeira década de 1900 – o Brasil experimentou a sua transição política de colônia para império e depois uma república. E a China estivera atravessando um difícil século³ com a decadência da Dinastia Qing e a transição para a República da China.

³ O período histórico que compreende os anos de 1839 e 1949 é nomeado como “século da humilhação chinesa”. Este período é caracterizado pelas primeiras Guerras do Ópio até a proclamação da República da China no final

As imigrações tiveram sua qualidade nas questões étnicas e sociais, mas geraram poucos efeitos para as relações internacionais no período. A transição política experimentada tanto pela China quanto pelo Brasil no século XIX é uma das principais hipóteses que elucidam a falta de profundidade de ambos os Estados iniciarem uma relação bilateral mais sólida seja na área econômica, seja diplomática.

2.2.1 – Os efeitos da decadência da Dinastia Qing (China) e da transição de império para república (Brasil) nas relações sino-brasileiras

É fundamental neste momento discorrer e analisar sobre fatores internos de cada Estado – China e Brasil – para compreender a identidade das relações sino-brasileiros em seu estabelecimento. O século XIX representa uma mudança conjuntural na área política de ambos os Estados. A transição política na China ocorreu de forma mais lenta, violenta e impactante que a transição política brasileira. Sendo assim, a revisão histórica feita a seguir será mais extensa no tocante à China. A extensão se dá também pelo desconhecimento geral que se tem em relação à formação histórica e processos políticos chineses.

A dinastia Qing foi a última dinastia a vigorar na China. Durante toda a sua história, a China atingiu sua maior extensão territorial neste período dinástico do que em qualquer outro. Além da Manchúria, Mongólia e Tibete fazerem parte do território, outros pequenos Estados possuíam uma relação tributária com a China Qing, como foi o caso da Coreia⁴. De acordo com os pensamentos de Bol, Kirby e Elliot, se não houvesse as conquistas territoriais da Dinastia Qing nos séculos XVI e XVII, a “China poderia ter metade do seu tamanho atual⁵” (2017, p. 252, tradução nossa).

Pela primeira vez na história, a etnia Manchu liderava a China. Os manchus eram uma minoria étnica proveniente do nordeste chinês – atual Manchúria –, e representavam uma inovação visto que dentre todas as dinastias chinesas anteriores, o Estado quase sempre ficou

da Segunda Guerra Mundial, cuja China perdeu diversas batalhas e sofrera inúmeras invasões por parte de Estados europeus e pelo Japão. O *século da humilhação chinesa* abriga um período de diversos conflitos internos, secas, fomes, desequilíbrio político decorrente da corrupção e diversas micro revoluções e foi encerrado temporalmente pela Revolução Chinesa de 1949.

⁴ Quando não haver distinção nesse trabalho sobre Coreia do Norte e Coreia do Sul, referindo apenas como Coreia, deve ser remetido ao período anterior à cisão da península coreana em dois Estados, ou seja, o período anterior à Guerra das Coreias entre 1950 e 1953.

⁵ China would be half the size it is today.

nas mãos do grupo étnico majoritário Han. A singularidade étnica só se mostra um problema no século XIX, quando a sociedade chinesa não via uma representatividade de seus líderes e a corrupção dos manchus se mostrava crescente.

Os chineses que migraram na primeira onda para o Brasil em 1810 eram “jovens esfomeados e descrentes, das áreas rurais assoladas pelas crises sociais e econômicas” (CHANG-SHENG, 2009). Neste período a China era governada por uma dinastia deslegitimada pelo povo e que sofreria – duas décadas depois – com o início do Século da Humilhação Chinesa. Como mencionado anteriormente, a Dinastia Qing não estava obtendo legitimidade do povo chinês e a corrupção afundava ainda mais a credibilidade do imperador.

Devido à sua visão de país central - como o próprio nome do país apresenta⁶ - as relações internacionais foram negligenciadas ou ofuscadas pelas questões internas que precisavam ser solucionadas. A autoimagem chinesa foi um dos fatores que propiciaram a queda da última dinastia, pois como versa Gries, o Século da Humilhação contraditou “uma identidade chinesa baseada na ideia de civilização universal e superior⁷”(2005, p. 109, tradução nossa) que fazia parte do imaginário chinês a 5.000 anos.

Durante milhares de anos, a China precisou apenas lidar com povos de regiões fronteiriças visto que durante parte da história, mostrou-se avançada científica e culturalmente além de uma autossuficiência em comparativo com os povos fronteiriços dado que estes eram menos desenvolvidos e levavam um estilo de sociedade seminômade, principalmente os povos do sul da China. Somente no século XIX que a nação chinesa sofreria um choque. Williams aborda que a China quase sempre foi um *hegemon*⁸ na região da Ásia Oriental, mas a partir de 1839 foi subjugada pelos poderes imperialistas estrangeiros (2016, p.26).

A potência mundial no período era a Grã-Bretanha. E foi esta potência que deu início ao Século da Humilhação Chinesa. Para ambientar, é necessário dizer que este Século é composto por quatro momentos: a Primeira Guerra do Ópio (1839 a 1842), a Segunda Guerra

⁶ 中华 (zhōng huá) são caracteres do chinês simplificado que dão nome à China. Literalmente significam “país central”.

⁷ A Chinese identity based upon the idea of a universal and superior civilization.

⁸ O termo *hegemon* é usado para classificar os Estados dominantes e que utilizam de seus recursos militares, econômicos e/ou políticos para influenciar o comportamento de outros Estados, podendo ser utilizados mecanismos de Hard Power e/ou Soft Power. Em linhas gerais, um *hegemon* é um Estado-potência (MCKEOWN, 2015).

do Ópio (1856 a 1860), Guerra Sino-japonesa (1894 a 1895) e a Rebelião dos Boxers (1899 a 1901).

Até a Primeira Guerra do Ópio, a Grã-Bretanha via a China como um potencial mercado de venda de ópio indiano, mas tinha como empecilho o trato chinês aos movimentos estrangeiros, sendo restrito a cidades portuárias de Macau e Guangzhou. A entrada de ópio à China não era tão massiva, mesmo assim, a Dinastia Qing percebeu os efeitos sociais nocivos que essa droga estava causando aos seus nacionais. O ópio recebeu status de ilegal e “em fevereiro de 1839, um traficante foi executado em frente à fábricas estrangeiras em Guangzhou⁹” (WILLIAMS, 2016, p 27, tradução nossa). Este foi o estopim para os embates entre a Grã-Bretanha e a China.

Com seu poderio militar superior, a Grã-Bretanha aportou diversos navios obrigando o escoamento de ópio para o interior da China. A virada na Primeira Guerra do Ópio ocorreu em 1841, quando o oficial chinês Qishan e o oficial britânico Charles Elliot assinaram a *Convenção de Chuanbi*. A primeira humilhação sofrida pelo povo chinês reside nos termos do tratado. No texto original, a *Convenção de Chuanbi* autorizava a Grã-Bretanha a controlar Hong Kong – através do Tratado de Nanquim -, receber indenização pelos custos do litígio, além do controle da região de Cantão (WAKEMAN, 1978, p. 199, apud WILLIAMS, 2016, p. 27).

A China aceitou de modo passivo o tratamento britânico por quase duas décadas. Mas em 1856, a Dinastia Qing rebelou-se e deu origem a Segunda Guerra do Ópio. Desta vez, o estopim foi a violação de bandeiras britânicas e a recusa de desculpas por parte das polícias provinciais de Guangdong e Guanxi. A Grã-Bretanha iniciou os ataques ao território costeiro chinês logo em seguida. Com a guerra quase vencida, a China foi obrigada a assinar o *Tratado de Tianjin* em 1858¹⁰.

Outros Estados como Rússia, França e Estados Unidos assinaram tratados desiguais aproveitando-se da fragilidade política e militar chinesa. A humilhação desta vez foi que a “China mais uma vez foi derrotada pelos poderes imperiais ocidentais, que resultou em perda de mais territórios, receitas e abertura de mais portos¹¹” (WILLIAMS, 2016, p. 28, tradução nossa).

⁹ in February 1839, a smuggler was executed in front of the foreign-run factories in Guangzhou.

¹⁰ Este tratado legalizou as exportações do ópio para a China e também permitiu uma “liberdade religiosa”, legitimando a atuação de missionários cristãos no território.

¹¹ China was once again defeated by the imperial Western powers, which resulted in the loss of more territory, revenue, and opening of more ports.

Até o final do século XIX, mesmo com as humilhações sofridas, a China se manteve relativamente um *hegemon* na Ásia Oriental. O quadro só mudou na última década desse século. Antes desse período, tanto a península coreana quanto o arquipélago japonês eram regiões vassalas da China. Como versa Williams (2016, p. 30-31), o enfraquecimento chinês decorrente dos conflitos com o Ocidente, permitiu que o Japão emergisse como potência regional enquanto o império chinês declinava rapidamente.

A Guerra Sino-japonesa ocorreu quando o Japão, ciente de suas potencialidades e com uma política expansionista para toda a Ásia Oriental, reivindicou não ser mais uma região vassala da China, bem como buscou maior influência na Coreia. Desafortunada como sempre, a península coreana virou palco de batalhas que não lhe pertenciam. Quase todos os eventos da Guerra Sino-japonesa, ocorreram, em suma, na Coreia.

Devido ao enfraquecimento chinês, o Japão saiu vitorioso com o *Tratado de Shimonoseki* assinado em 1895. “Este tratado deu ao Japão controle sobre a ilha de Formosa (Taiwan)¹²”, além do controle da Manchúria, abertura de mais portos, pagamento dos custos da guerra e reconhecimento da independência coreana (WILLIAMS, 2016, p. 31, tradução nossa). A tomada da Manchúria representou um forte golpe à Dinastia Qing uma vez que o corpo político chinês era quase exclusivamente originário dessa região.

O último momento histórico do Século da Humilhação Chinesa relevante para as análises desse trabalho é a Rebelião dos Boxers. Esta rebelião foi iniciada por um grupo interno chinês que “em essência, foi uma demonstração de força dos nacionalistas chineses em resposta à ocupação estrangeira na China¹³” (WILLIAMS, 2016, p. 32, tradução nossa).

Um grupo secreto intitulado Punhos Harmoniosos e Justiceiros acreditavam que com técnicas de artes marciais – incluindo boxe chinês -, era possível livrar a China das ingerências estrangeiras. Tal grupo ganhou força que a China acabou por declarar guerra a países como Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Rússia. Obviamente, as declarações de guerra enterraram a Dinastia Qing e evidenciaram o despreparo total chinês no tocante à administração das suas relações internacionais.

Observando a história chinesa no século XIX, associado ao Século da Humilhação Chinesa e a decadência da Dinastia Qing, é claramente visível que as relações sino-brasileiras

¹² This treaty gave Japan control over the Island of Formosa (Taiwan).

¹³in essence, was a show of force from the Chinese nationalists in response to foreigners occupying in China.

ficariam em segundo ou terceiro plano numa hierarquia de importância dada pela China. O interessante é que mesmo sofrendo todas essas avarias políticas e militares, ainda foi estabelecido um consulado brasileiro no território chinês em 1883. As preocupações do último império chinês eram maiores e envolviam questões de sobrevivência e manutenção territorial, posto isto, uma relação com o Brasil não representava nenhum ganho político, econômico ou comercial para a China no século XIX.

Mas por que então houve a imigração chinesa, assinatura do *Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação* e abertura do consulado brasileiro em Xangai? Para tentar responder a essa indagação, é necessário repetir o mesmo trabalho, ou seja, analisar a transição política brasileira no século XIX e somente assim podemos saber o grau de importância do Brasil na construção das relações sino-brasileiras até os dias atuais.

O século XIX foi igualmente transformador para a política brasileira. As relações com a Grã-Bretanha ganhavam contornos jamais vistos antes. O nacionalismo ganhava força nas Américas com a independência estadunidense. O Brasil se desligava de Portugal a fim da independência. O declínio do império brasileiro deu origem à república. E as relações internacionais brasileiras não se restringiam mais ao fluxo África-Américas-Europa.

Assim como foi analisado com a transição política chinesa, neste momento focaremos nas transformações internacionais que refletiram e foram reflexo das transições políticas brasileiras no século XIX. Quando houve o primeiro contato com a China – na onda migratória de 1810 -, o Brasil ainda fazia parte da órbita europeia. Isto é, o Brasil possuía o status de colônia portuguesa no sistema internacional.

O século XIX é riquíssimo em detalhes a partir da historiografia e da política externa brasileira. Portanto, nesta parte será focado nas relações do Brasil com a Grã-Bretanha e com os Estados Unidos – sendo estes dois últimos os principais *hegemons* do século. Com o fim das guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha se afirmava como potência mundial e a Coroa Portuguesa desfrutava de uma certa calma devido a sua mudança para as terras brasileiras no final de 1807 – fugindo da Europa que até então tinha sido palco dos conflitos anglo-franceses.

A sua chegada a terras da América, D. João VI, então príncipe regente, decretou a abertura dos portos brasileiros aos navios das nações amigas, pondo fim ao regime de exclusivo comercial de que a metrópole até então beneficiara. Era o começo da desagregação do império luso-brasileiro, que culminará em 1822 (após o retorno da corte de Lisboa no ano anterior) com a declaração de independência do reino americano (ALEXANDRE, 2004, p.959).

Uma onda de nacionalismos ocorreu nas Américas a partir segunda década do século XIX. Esse foi um dos fatores que levaram a independência do Brasil no ano de 1822. Desvencilhando de uma relação comercial parasitária com a antiga metrópole, agora o Brasil possuía total liberdade de “barganhar” suas exportações com outros países. Neste momento, há um aprofundamento das relações do recém Estado independente brasileiro com a Grã-Bretanha. Ao analisar a ótica de cada Estado desse relacionamento, cada um tinha ao menos duas pretensões acerca de uma maior aproximação.

Pela ótica britânica, ao apoiar o nacionalismo brasileiro, a Grã-Bretanha enxergava a oportunidade de “expandir a divisão internacional do trabalho em uma matriz industrial” e também “enfraquecer o conservadorismo legitimista e absolutista da Santa Aliança” (BORBA, 2011, p.7). Vale ressaltar que o continente estava passando por processos históricos semelhantes, o nacionalismo ganhava cada vez mais força e a Grã-Bretanha teve o mesmo modo de atuação em todo território do Novo Mundo – não sendo um comportamento exclusivo para com o Brasil. Como versa Borba, a política anti-colonial promovida pelos britânicos era uma forma de consolidar sua hegemonia conquistada após as Guerras Anglo-Francesas (2011).

Pela ótica brasileira, o relacionamento com a Grã-Bretanha garantia a legitimidade em assuntos referentes a defesa da integridade territorial e também uma possível autonomia alfandegária brasileira. Entretanto, logo após a independência em 1822, o Brasil assinou tratados que beneficiaram de maneira desigual a Grã-Bretanha. Mesmo com enorme fluxo de exportação para o *hegemon* do período, a arrecadação tributária mostrava-se baixa. Então em 1845 foi instituída a Tarifa Alves Branco, que visava regular as finanças do império brasileiro. Neste momento o protagonismo diplomático deixaria de ser britânico e passaria aos estadunidenses (BORBA, 2011).

A segunda metade do século XIX, na política externa brasileira, foi marcada pela aproximação com os Estados Unidos. Com sua independência conquistada 1776 e com um complexo arranjo político republicano, os Estados Unidos desde o início do século XIX privilegiava Estados que adotassem regimes republicanos. Isso explica, de acordo com Borba, que as relações entre os Estados Unidos e Argentina eram mais antigas e funcionais do que as relações com o Brasil visto o regime imperial (2011). Na segunda metade do século XIX ocorreram outras transformações na estrutura social brasileira. Apesar do grande esforço britânico em frear o tráfico de pessoas africanas, o Brasil só cessou com o sistema escravagista observando que os Estados Unidos aboliram alguns poucos anos antes. Neste momento se iniciam as diversas ondas migratórias no Brasil. Apesar de estarem em lados opostos na Guerra

do Paraguai – 1864 a 1870 -, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil identificavam a importância de uma parceria pan-americana. Com a vitória brasileira, é observado um fortalecimento político dos militares e cafeicultores que, fortemente, influenciam no declínio do império em 1889.

Neste século, tanto a China quanto o Brasil sofrem processos que modificam suas estruturas políticas, sociais e econômicas. Cada um também estava fortemente envolvido com as transformações e transições do sistema internacional cujas relações que possuíam com os *hegemon*s eram diferentes. Enquanto a China sofria com os ataques britânicos, o Brasil gozava de uma certa legitimidade política e apoio econômico britânico. O início das relações brasileiras com a Ásia Oriental por meio da China mostra-se anômala, dado que apesar da simpatia de ambos os Estados, cada um não tinha muito o que oferecer ao outro naquele momento visto que haviam preocupações maiores. Por outra via, a construção das relações brasileiras com o Japão tinha um caráter mais dinâmico e ambos os Estados enxergavam vantagens numa aproximação bilateral.

2.3 – A primeira onda migratória japonesa para o Brasil e o início das relações nipo-brasileiras

Quando erguemos a vista não vemos fronteiras.
Provérbio japonês

Os contatos entre o Brasil e o Japão ocorreram de modo bastante rápido. Diferente do que aconteceu com a China, o estabelecimento das relações diplomáticas com o Japão foi anterior aos processos migratórios. O *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre o Brasil e o Japão foi firmado em 1895 e foi influenciado por japoneses que visitaram o Brasil no século XIX.

Foi o Tratado de Amizade que estabeleceu bases sólidas para o desenvolvimento e para a consolidação das relações entre os dois países, na medida em que objetivou a instituição do que foi a origem das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão (CAVALCANTE, 2015, p.22).

No ano de 1803, quatro tripulantes japoneses chegam à Florianópolis através de um navio russo e permaneceram por dois meses na ilha. Em janeiro de 1867, o navio *Kayou-Maru* chega ao Rio de Janeiro com intercambistas e técnicos em assuntos náuticos japoneses,

permanecendo pelo tempo de onze dias. No ano de 1870, um tripulante japonês de um navio britânico realizou o ritual suicida *harakiri*¹⁴ na cidade de Salvador (ITO, 1986).

Os momentos mais marcantes do início das relações entre o Brasil e o Japão ocorrem no final do século XIX. O grande personagem que fomentou a criação do *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* foi Tadashi Nemoto. Este deputado japonês partiu no ano de 1894 para as terras brasileiras por ordem do governo japonês. Como o autor Ito (1986) aborda, Nemoto foi um dos entusiastas da imigração nipônica no Brasil. Num relatório enviado no mesmo ano, ele recomendou a criação de um processo migratório “mencionando que além de ser bom para o Japão pode salvar a humanidade” (ITO, 1986, p.138). Como a segunda metade do século XIX representou um momento de abertura japonesa nas suas relações internacionais, logo após o relatório de Nemoto foi firmado o tratado que viria consolidar as relações nipo-brasileiras. Em novembro de 1895 foi assinado o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* em Paris, na França e dois anos depois, em 1897, ocorre a “inauguração da legação (representação diplomática) japonesa em Petrópolis” no Rio de Janeiro (ITO, 1986, p. 138). Nota-se que os desenvolvimentos das relações nipo-brasileiras ocorreram de modo mais profundo do que as relações sino-brasileiras no século XIX.

O símbolo do início das relações do Brasil com a Ásia Oriental foi o aportamento do navio japonês *Kasato Maru* na região de Santos no ano de 1908. A chegada do navio trouxe consigo 781 japoneses que iniciaram a primeira onda migratória nipônica no Brasil. Este momento representa um marco nas relações com a Ásia Oriental dado que houvera uma complexa articulação política, econômica e social por parte do governo brasileiro e japonês. Por exemplo, em 1901 o estado de São Paulo já havia decidido “conceder aos japoneses subsídios semelhantes aos imigrantes europeus” para fomentar a imigração nipônica (ITO, 1986, p.139).

Com a chegada dos primeiros imigrantes, houve o estabelecimento de comunidades japonesas no Pará, Rio de Janeiro e principalmente em São Paulo. Até hoje, a região paulista representa a maior fatia de descendentes nipônicos visto que na época da imigração, o estado de São Paulo acolheu os japoneses nas lavouras de café permitindo a criação de colônias onde o ensino da língua japonesa e dos costumes nacionais foram permitidos até o período Vargas.

¹⁴ *Harakiri* é um antigo ritual suicida japonês que era realizado pela classe guerreira cuja a vítima busca reconquistar sua honra e redimir seus erros em vida através da morte por estripação com espada. Durante as pesquisas não foram encontradas as motivações que levou o tripulante japonês a realizar tal ritual em solo brasileiro.

Durante o governo Vargas houve perseguições a diversas minorias étnicas residentes no Brasil. O período da década de 1920 até a metade da década de 1930 representou um dos momentos mais dramáticos para os grupos no Brasil, sendo nacionalizada algumas escolas de imigrantes e vedado o ensino dos idiomas nativos tais como russo, alemão, italiano e japonês. O crescimento da imigração japonesa se deu até o ano de 1934, “quando a nova Constituição Brasileira limitou o fluxo migratório, praticamente interrompendo com a Segunda Guerra Mundial e retomado somente após 1955” (ALTEMANI, 2006, p.172). Em comparativo com a China, o estabelecimento das relações com o Japão foi mais rápido e os processos migratórios foram maiores e tiveram grande apoio tanto do governo japonês quanto do governo brasileiro, além do reforço do canal diplomático logo no início do século XX.

2.4 – A reaproximação sino-brasileira no contexto da Guerra Fria

Desde a assinatura do *Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação* em 1880, as relações entre os dois Estados permaneceram inertes até o início da Guerra Fria. Antes de dar o salto histórico até a Guerra Fria, é indispensável analisar o papel das mudanças de cunho revolucionário na China e os reflexos dessas transformações na aproximação e consolidação – de fato – das relações sino-brasileiras e a germinação de um vínculo bilateral entre ambos os Estados presenciado a partir de Deng Xiaoping.

A Revolução Comunista Chinesa, iniciada em 1949, é um marco nas relações internacionais. Mao Zedong, sem dúvidas, é um personagem importante na história da China e para o desenvolvimento das relações sino-brasileiras, dado que somente após sua ascensão ao poder observa-se um contato político entre ambos os Estados, e que se consolida de fato na década de 1970. Pode se considerar que a China, durante a revolução, foi palco de uma disputa ideológica anterior à Guerra Fria. Até então, havia na China dois grupos políticos antagonistas: o partido *Kuomintang* (doravante KMT) e o Partido Comunista Chinês (doravante PCCh).

O KMT era o Partido Nacionalista Chinês criado por Sun Yat-sen durante a Revolução de 1911¹⁵. Após a morte de Sun Yat-sen em 1925, a liderança do partido foi dada ao militar

¹⁵ A primeira revolução chinesa no século XX ocorreu no ano de 1911, representando um marco final da Dinastia Qing. Conhecida como Revolução Nacionalista e encabeçada pelo notório Sun Yat-sen, acarretou com a fundação

Chiang Kai-shek. Este líder militar reunificou grande parte do território chinês perdido pelos tratados desiguais das Guerras do Ópio. Sua política doméstica, conservadora, envolvia estabelecer um maior controle chinês através da extinção de milícias e grupos armados de senhores feudais e comunistas. Surgia daí o embate com o PCCh (ZARROW, 2005).

Talvez vemos Mao como ditador ou como eminente homem de Estado, ou como grande filósofo, ou como poderoso homem de guerra; indiscutivelmente que também é tudo isto¹⁶ (KERKHOF, 1996, p.31, tradução nossa).

Liderado por Mao Zedong, o PCCh tem raízes na segunda década do século XX em meio a diversos conflitos da Guerra Civil Chinesa. Uma disputa ideológica entre nacionalistas – representados pelo KMT- e pelos comunistas – representados pelo PCCh-, teve como desfecho a fuga da grande burguesia chinesa, em conjunto com líderes do KMT, à ilha de Taiwan em 1949 e a ascensão dos comunistas ao poder da China continental, iniciando então a Revolução Comunista (ZARROW, 2005). O modelo comunista chinês é *sui generis*, pois ocorreu de modo distinto aos modelos soviéticos e sua base filosófica e intelectual era inédita até então. A coluna vertebral da Revolução Comunista na China era o Maoísmo.

Ocupando o papel social que o Confucionismo possuía, o Maoísmo foi um importante sistema filosófico que permitiu a ascensão dos comunistas ao poder da China. Mao Zedong percebeu que o modelo comunista aplicado na União Soviética (doravante URSS) não ganharia espaço no território chinês. O modelo trazido por Mao levava em consideração diversos aspectos da sociedade chinesa no período. Ou seja, na primeira metade do século XX, a população chinesa era majoritariamente camponesa e não proletária/operária. Mao viu então a capacidade revolucionária que a massa camponesa possuía. Uma revolução aos moldes soviéticos na China seria facilmente suprimida pelos nacionalistas conservadores chineses, dado que estes possuíam um complexo aparato de segurança nas zonas urbanas chinesas. Mao Zedong enxergou que para lograr, era necessário captar apoio das massas rurais cercando as

da República da China. A insatisfação com a inabilidade da Dinastia Qing em intervir sobre as ingerências estrangeiras na China atingiu quase todos os setores sociais, desde os camponeses até os militares. O sentimento antidinástico crescia ao ponto de parte da ala militar e milícias camponesas cooperarem para a “retomada” da soberania chinesa, desencadeando tal revolução.

¹⁶ Quizá vemos a Mao como ditador o como eminente hombre de estado, o como gran filósofo, o como um poderoso hombre de guerra; indiscutiblemente que también es todo esto.

metrópoles (KARL, 2010). Essa estratégia maoísta – de uma revolução a partir das zonas rurais- ecoou mais tarde em todo mundo, refletindo inclusive no Brasil com a Guerrilha do Araguaia¹⁷.

De tendência marxista-leninista, outras características exclusivas do Maoísmo trazido para o período da Revolução Comunista Chinesa e o surgimento da República Popular Chinesa é a importância do voluntarismo em detrimento das condições objetivas. Isto é, a corrente filosófica maoísta aborda que a vontade revolucionária pessoal venceria as condições materiais que pudessem ser impeditivos para uma revolução socialista. Em outras palavras, a vontade da massa camponesa superaria inclusive as condições naturais e geográficas próprias e inerentes ao Estado. As classes sociais eram vistas pelo Maoísmo como intrínseca a todas as sociedades desenvolvidas mesma que sob a manta do socialismo (KERKHOF, 1996). Tais características abarcadas pelos pensamentos de Mao Zedong influenciaram grupos comunistas em todo o globo, como por exemplo o Sendero Luminoso no Peru, União Democrática Popular na Europa Ocidental, etc.

Com sua Revolução Comunista instaurada em plena Guerra Fria, num mundo dividido basicamente em Ocidentais e Comunistas, a China era atribuída à ala Comunista. Estabelecendo fortes relações com a URSS, a China foi um importante ator internacional no contexto da Guerra Fria, vide a Guerra da Coreia. Enquanto os Estados Unidos e seus aliados tomavam partido de grupos alinhados ao Ocidente onde atualmente é o território sul-coreano, a China em conjunto com a URSS ofereceu apoio e suporte ao regime de Kim Il-sung¹⁸. Sem margem de dúvidas, a China teve um enorme papel na construção das duas Coreias, visto que sem sua participação na guerra - que dividiu a península coreana em dois Estados-, provavelmente a Coreia do Norte não existiria.

A participação chinesa na Guerra das Coreias não foi um mero exercício de segurança para resguardar suas fronteiras e evitar um problema humanitário de imigração que

¹⁷ A Guerrilha do Araguaia foi um grupo armado de universitários, intelectuais e militantes da ala comunista – dissidentes do Partido Comunista do Brasil- atuante no Norte do Brasil pelo Rio Araguaia durante a década de 1960. Composta por aproximadamente 80 integrantes, possuíam uma visão maoísta de uma revolução através do campo. As Forças Armadas Brasileiras, durante a ditadura militar, derrotaram facilmente os guerrilheiros cuja maioria foi executada e uma pouca parcela é tida oficialmente como desaparecidos políticos. A morte de Osvaldo Orlando da Costa - um dos únicos treinados pelo Exército Vermelho - em 1974 marca o fim da guerrilha.

¹⁸ Kim Il-sung foi o principal líder norte-coreano durante o período da Guerra das Coreias. Encabeçando a elite coreana e militares, buscou unificar a península coreana sob um sistema político socialista. Suas empreitadas políticas entraram em choque com os interesses de grupos coreanos de regiões menos industrializadas e desenvolvidas, aproximando-os dos Estados Unidos e conseguindo apoio da ONU.

possivelmente ocorreria caso os norte-coreanos fossem derrotados. Sua participação foi fundamental para mostrar sua grande capacidade militar adquirida logo após os seus processos revolucionários aos demais Estados – Estados Unidos, Rússia, Japão e as Coreias- e a ONU. Contudo, a liderança de Mao Zedong evolui ao ponto de rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Os processos revolucionários ocorridos na China tinham como objetivo justamente se desvencilhar de relações subordinadas a quaisquer potências. A não adesão da China ao Pacto de Varsóvia¹⁹, na década de 1960, isolou-a internacionalmente visto que não se enquadrava no modelo capitalista e também rompera as relações com o bloco comunista liderado pela URSS. Foi neste contexto que ocorreu a reaproximação das relações entre o Brasil e a China.

Anterior à ascensão de Mao Zedong, no ano de 1940, o Brasil - engessado por uma política externa subordinada aos Estados Unidos- apoiou os nacionalistas chineses nos conflitos da guerra civil que assolava a China. Com vitória dos comunistas e a reclusão dos nacionalistas à Taiwan, o governo brasileiro novamente mostra-se a favor dos nacionalistas chineses ao apoiar a representatividade de Taiwan à ONU numa votação realizada em 1949 – ano este da Revolução Comunista Chinesa. Uma mudança de apoio de Taiwan para a China continental por parte do Brasil ocorreu de maneira paralela à política externa estadunidense no período da Guerra Fria. Ou seja, para limitar o apoio da URSS na região da Ásia Oriental, os Estados Unidos reconhecem e estabelecem contatos políticos com a China de Mao Zedong, concomitantemente o Brasil assume a postura de não reconhecimento de Taiwan. Passando considerar a ilha uma província rebelde chinesa, a aproximação brasileira com a China continental foi motivada pelas relações entre os Estados Unidos e a China. Até esse momento, as relações sino-brasileiras se desenvolviam com a política externa brasileira associada aos Estados Unidos (MANZUR, 2014) e a China buscando uma legitimação de seu novo sistema político.

Como versa Altemani, os “contatos bilaterais foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que afetaram a China no final do século XIX e na primeira metade do século XX” (2006, p.172). As relações sino-brasileiras só se tornarão autônomas a partir da visita do vice-presidente brasileiro João Goulart à China. Em toda a história das relações sino-brasileiras, somente neste momento da Guerra Fria – e posteriormente

¹⁹ Pacto de Varsóvia foi um tratado ratificado em 1955 visando formar uma aliança militar e securitária entre a URSS e países do Leste Europeu. Este pacto veio como contraposição à formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) formada pelo bloco Ocidental.

com Lula, como analisado no capítulo 2 deste trabalho-, é que o Brasil toma a dianteira das relações. Isto é, partiu da vontade dos formuladores de política externa brasileira uma aproximação com a China. O grau de autonomia brasileira era explicado pela adoção da Política Externa Independente.

De qualquer modo, malgrado as iniciativas brasileiras, não se percebia contrapartida do governo norte-americano. Não vieram investimentos, nem incrementos à indústria, nem cooperação internacional nos níveis esperados para o Brasil e para toda a América Latina. Isso alimentou ainda mais o sentimento contrário à vinculação especial com os Estados Unidos. Temia-se que o imperialismo estadunidense pudesse ser ainda mais nefasto que qualquer ameaça comunista (MANZUR, 2014, p.176).

A Política Externa Independente (doravante PEI) era um modelo de inserção internacional formulada durante a gestão de Jânio Quadros e João Goulart entre os anos de 1960 e 1964, que apesar do breve momento de ação, refletiu fortemente no aprofundamento das relações sino-brasileiras. A PEI surgiu como um modelo para se desvencilhar de um alinhamento automático com os Estados Unidos. Visto que durante a II Guerra Mundial, o Brasil apoiou irrestritamente os Aliados, teve como resultado em sua esfera internacional um rompimento das “relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e, posteriormente, com a China” e não obteve como retorno os investimentos esperados em contrapartida pelos Estados Unidos (MANZUR, 2014, p.176).

Os formuladores da PEI entendiam que a política externa brasileira poderia exercer “papel fundamental na busca pelo desenvolvimento do país, pela superação da pobreza e pelo alcance da justiça social” e que a “diferenciação mundo entre Norte e Sul era essencialmente econômica, mais que ideológica” (MANZUR, 2014, p.183). Essas concepções em muito se assemelha com as ideias levantadas por Mao Zedong durante a Revolução Comunista ao ter ciência da posição terceiro-mundista que a China e países como o Brasil ocupavam no sistema internacional.

Como versa Altemani, a PEI é caracterizada por uma política de *universalização* nas áreas econômicas e políticas e de “uma maior aproximação dos países em desenvolvimento, visando uma ação coordenada e conjunta na defesa de interesses em comum (2006, p. 173), e essas concepções entrariam futuramente em consonância com a postura de Mao Zedong a partir da sua Teoria dos Três Mundos²⁰, onde este compreendia que o mundo não possuía uma divisão

²⁰ A Teoria dos Três Mundos foi formulada por Mao Zedong no mesmo ano que se estabeleceram oficialmente as relações diplomáticas sino-brasileiras, em 1974.

alicerçada numa perspectiva ideológica entre Leste-Oeste, mas sim numa divisão através de níveis de desenvolvimento.

Na ótica de Mao Zedong, “o primeiro mundo seria composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o segundo pelos países desenvolvidos da Europa, mais o Japão, a Austrália e o Canadá, sendo o terceiro mundo composto de países em desenvolvimento” (ALTEMANI, 2006, p.175). Para se livrar no engessamento deste mundo a partir dessa divisão, Mao Zedong partia de premissas semelhantes à PEI como *universalização e independentismo* para contrapor as discrepâncias entre o Norte-Sul.

Manzur afirma que a PEI atentou as pautas das divergências entre o Norte e Sul, guiada através do independentismo, universalismo e desenvolvimentismo (2014). Esta divergência entre o Norte e o Sul, isto é, países de economias desenvolvidas *versus* países de economias em desenvolvimento, possibilitou uma atuação da política externa brasileira com maior abertura de diálogo com a China mesmo sobre o contexto da Guerra Fria, dado que havia uma consonância com a política externa chinesa. Ocorre então a visita de João Goulart à China.

Na primeira metade dos anos 60, as relações bilaterais sofreram uma nova evolução. Em agosto de 1961, o Vice-Presidente João Goulart foi o primeiro chefe de estado latino-americano no poder a efetuar uma visita à RPC. (MINDGE, 2001, p. 69).

Em 1961, o então vice-presidente brasileiro João Goulart é recebido na China por Mao Zedong. A calorosa recepção chinesa demonstra o grande avanço que ambos os Estados deram com esta visita oficial. Desconsiderando suas posições políticas no contexto da Guerra Fria, ambos chefes de Estado viam uma ótima oportunidade para estabelecimento de fortes relações políticas e comerciais que poderiam firmar, já que nesse período “a perspectiva de cooperação Sul-Sul tornou-se uma questão central na política externa brasileira” (ALTEMANI, 2006, p.205).

A visita oficial ocorreu justamente quando o então presidente brasileiro Jânio Quadros renunciava o seu cargo, sendo esta visita a um país comunista um importante fator que incutiu com o golpe sofrido por João Goulart. De longe haveria um alinhamento automático com o bloco comunista, dado as distâncias diplomáticas, políticas, geopolíticas, entretanto, nesse período já se pode dizer que surge o início das relações para com a China que conhecemos atualmente (MINDGE, 2001). Apesar das desconfianças de uma parcela da sociedade após o retorno de João Goulart e a instauração do golpe militar no Brasil em 1964, a visita à China de Mao Zedong trouxe como frutos o reatamento – mesmo que tardio- das relações comerciais diretas no ano de 1972 e, dois anos mais tarde, em 1974 foram consolidados oficialmente as

relações diplomáticas entre o Brasil e a China e tomaram profundidade com a ascensão de Deng Xiaoping quando este anunciava o fim de uma política guiada exclusivamente pela via socialista.

3- AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA

O Brasil e a China, mesmo estando localizados em regiões geográficas distantes e tendo tido no passado visões e objetivos diferentes em termos sociais e políticos, apresentam atualmente numerosas similaridades e potencialidades que acabaram aproximando os dois países e enfatizando interesses econômicos e estratégicos comuns. O protagonismo regional, o grande território, a economia em ascensão e o desejo de construir um espaço internacional, na medida do possível, pacífico e harmonioso, levaram os dois países a unir suas vozes nos principais fóruns multilaterais, onde sua atuação destacou-se no compromisso conjunto rumo ao crescimento e fortalecimento dos países da periferia do mundo em relação aos centros de poderes tradicionais atualmente em declínio.

Em 2017, Brasil e China celebraram os 43 anos de suas relações diplomáticas que foram caracterizadas por uma crescente aproximação. O ponto de inflexão na história das relações sino-brasileiras se dá no ano de 1974. No dia 15 de agosto deste ano ocorre o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, objetivando o desenvolvimento de “relações amistosas entre os dois países com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica” (MRE, 1974). Assinado por Azeredo da Silveira²¹ e Chen-Chieh²², o reconhecimento diplomático entre estes Estados significou uma aproximação brasileira com a Ásia, principalmente na área econômica e comercial.

As relações bilaterais sino-brasileiras tiveram três momentos importantes desde o estabelecimento do canal diplomático. Analisando estes três momentos, percebe-se que as diversas fases de aprofundamento destas relações foram influenciadas não tanto pela política externa brasileira, mas sim pelo cenário doméstico chinês. Ou melhor, pela atuação de três importantes atores políticos chineses: Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao. Única exceção ocorre durante o governo do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva que inaugura um período de assertividade da política externa brasileira principalmente na relação com a China.

²¹ Antônio F. Azeredo da Silveira foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o governo de Ernesto Geisel entre os anos de 1974 e 1979. Recomenda-se a leitura da obra *Azeredo da Silveira – um depoimento* para aprofundar nos entendimentos de sua atuação como ministro.

²² Chen-Chieh foi Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China.

Por esses motivos, escolhemos subdividir o capítulo de acordo com a cronologia de atuação dos três líderes do Partido Comunista Chinês. Na primeira parte será analisada a atuação política de Deng Xiaoping (1978-1992), enfatizando sua política externa voltada ao Terceiro Mundo, do qual o Brasil fazia parte e posteriormente os avanços alcançados por ele nas relações com o Brasil. Na segunda parte, será dada ênfase nas principais características da política externa de Jiang Zemin (1992-2003) e no impacto desta nas relações bilaterais sino-brasileiras. Na terceira e última parte apontaremos a importância da virada do Milênio para o reordenamento das relações sino-brasileiras evidenciando como pela primeira vez, o Brasil toma a dianteira em suas relações com a China durante o mandato do presidente chinês Hu Jintao (2003-2012) e presidente brasileiro Lula (2003-2010). Não será dado um enfoque ao líder político chinês Hua Guofeng, sucessor de Mao Zedong e atuante entre 1976 e 1978, visto que este, em sua política externa e doméstica, buscou uma continuidade maoísta²³ e não possuiu expressividade para o Brasil.

3.1 – Deng Xiaoping e a Periferia

Sendo precursor do Socialismo de Mercado com Características Chinesas, vigente até os dias atuais na atuação política, Deng Xiaoping teve uma desenvoltura ímpar. De acordo com Tisdell (2009, p.285), não existe uma descrição oficial ou exata do que seja este socialismo, mas Deng Xiaoping tinha clareza ao explicar que a China tinha necessidade de uma transição para uma economia mista visto as especificidades chinesas.

Deng Xiaoping foi companheiro de Mao durante todo o período revolucionário, foi soldado e político, participou das lutas de independência, foi um dos responsáveis pela campanha antidireitista dos anos cinquenta e estava no poder em 1989, quando do episódio dramático da praça Tiananmen. Foi defensor de reformas econômicas importantes, que transformaram radicalmente a China (...) (MENDONÇA, 2009, p. 20).

Suas pretensões na esfera econômica estiveram muito atreladas ao PCCh, uma vez que tal partido era o ator central na formulação da economia política chinesa. As principais

²³ Sua política é conhecida como política dos “Dois Quaisquer”, na qual seria defendida e seguida resolutamente quaisquer decisões tomadas anteriormente por Mao Zedong e também garantiria as instruções deixadas por este durante seu governo

características deste modelo econômico estão relacionadas ao antigo modelo de produção asiática. Como versa Jabbour (2010, p.55), este modelo possui “resquícios positivos (planejamento, administração pública eficiente, capacidade de rápida intervenção sob o território, capacidade de iniciativa comercial dos camponeses etc) e negativos (cultura feudal)”. Este modelo, dentro do espectro político dos Estados, era distante da realidade brasileira no período de implementação na década de 1980.

No conjunto, nossos objetivos não são tão ambiciosos. Nós nos damos 20 anos – isto é, de 1981 até o final do século – para quadruplicar nosso PIB e alcançar uma prosperidade comparável, com uma renda *per capita* anual de US\$ 800 a US\$ 1.000. Então nós devemos tomar esse quadro como novo ponto de partir e tentar quadruplicá-lo novamente, de modo a atingir uma renda *per capita* de US\$ 4000 em mais 50 anos (XIAOPING, 1982 apud JABBOUR, 2010).

Apesar do Socialismo de Mercado ser ainda o modelo econômico chinês, na concepção de Deng Xiaoping tratava-se de processo transitório entre a economia planificada para um novo modelo de economia de mercado que viria a atender as necessidades chinesas. Para isso, era necessário criar novos laços econômicos com outros Estados e reforçar os já consolidados.

Em seus discursos oficiais, Deng Xiaoping nunca fez menção direta ao relacionamento sino-brasileiro, mas indiretamente ele se relacionava ao Brasil quando falava com entusiasmo do compromisso chinês com o Terceiro Mundo. Em seu discurso em agosto de 1982, acerca da Política Externa Chinesa, Deng Xiaoping volta sua atenção no fortalecimento para com os países do Terceiro Mundo, resumindo que a atuação chinesa devia se dar em três questões. Elas consistiam na oposição ao hegemonismo – dos Estados Unidos e a União Soviética -, na preservação da paz mundial e no desejo de estreitar unidade e cooperação com outros países do Terceiro Mundo (XIAOPING, 1982).

Para compreender melhor o anseio de Deng Xiaoping de fortalecer as relações com os Estados considerados do Terceiro Mundo, consideramos importante analisá-lo a partir da ótica de Immanuel Wallerstein sobre o Sistema-Mundo.

Este pensador neomarxista de Relações Internacionais parte da premissa que o mundo moderno está integrado numa grande economia capitalista que gere as relações interestatais. A partir deste modelo econômico mundial, a estruturação internacional é altamente hierárquica. A estruturação interestatal pode ser classificada em três esferas: Centro, Semiperiferia e Periferia (WALLERSTEIN, 1974).

Dentro do capitalismo vigente, os Estados podem ser classificados de acordo com suas capacidades econômicas e de desenvolvimento. Wallerstein (1974) dá um enfoque maior nas duas classificações antagônicas – Centro e Periferia – entretanto, nas análises posteriores deste trabalho foi constatado que a concepção de Semiperiferia se adequa melhor para explicar as realidades brasileiras e chinesas durante a gestão de Deng Xiaoping.

O Centro do capitalismo mundial é composto pelos Estados considerados *hegemons* ou detentores de grande capacidade econômica e contam com um estágio de desenvolvimento tecnológico e social relativamente avançados em comparativo com outros países. Como observado no discurso de Deng Xiaoping (1982) acerca de sua política externa do PCCh, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética eram considerados *hegemons* e, portanto, atores cuja o Estado chinês buscava não orbitar de maneira subordinada politicamente nem economicamente a estes países, visto sua disposição periférica -ou semiperiférica- no globo.

A semiperiferia é um elemento estrutural necessário na economia mundial. Estas áreas desenvolvem um papel paralelo ao desempenhado, *mutatis mutandis*, por grupos intermediários em um império. São pontos de coleta de competências vitais que muitas vezes são impopulares. Estas áreas intermediárias (...) desviam parcialmente pressões políticas que os grupos que se localizaram principalmente em áreas periféricas podem, de outra forma, direcionar contra os estados-núcleo (...). Por outro lado, os interesses que se situam principalmente na semiperiferia estão localizados fora da arena política dos estados-centrais²⁴ (WALLERSTEIN, 1976, p. 231, tradução nossa).

Os Estados semiperiféricos são aqueles que estão presentes na órbita dos Centrais e também na dos Periféricos, tal denominação exemplifica então a natureza tanto do Brasil – na América do Sul - quanto da China – no continente asiático. Para compreender a localização destes dois Estados na estratificação mundial de poder, recorre-se ao conceito de Terceiro Mundo.

Tal conceito, que casa bem com a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein, surgiu em abril de 1955, na Conferência de Bandung realizada na Indonésia. Ocorrida no contexto da Guerra Fria, tal conferência tinha como pretensão de organizar a periferia do sistema mundial -ou seja, aqueles que não tinham alinhamento com nenhum dos polos de poder vigentes no sistema internacional- em torno de princípios, valores e ideias comuns que serviriam de base

²⁴ The semiperiphery is a necessary structural element in a world-economy. These areas play a role parallel to that played, *mutatis mutandis*, by middle trading groups in an empire. They are collection points of vital skills that are often poetically unpopular. These middle areas (...) partially deflect the political pressures which groups primarily located in peripheral areas might otherwise direct against core-states (...). On the other hand, the interests primarily located in the semiperiphery are located outside the political arena of the core-states.

para estratégias de atuação externa buscando se desvencilhar das relações desiguais entre as recentes ex-colônias – países africanos e do sudeste asiático – e os países europeus (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). A estratificação apresentada no conceito de Terceiro Mundo é mais simples e dicotômica que a apresentada por Immanuel Wallerstein, pois na concepção dos Estados presentes na Conferência de Bandung (1955) a historiografia mundial pode ser dividida em países pertencentes a regiões centrais e regiões periféricas.

As características dos países do Terceiro Mundo são quase idênticas às características da descrição de Periferia e Semiperiferia. Com tal visão sobre a localização chinesa na esfera de poder global, Deng Xiaoping formulou a política externa do PCCh almejando se desprender de quaisquer relações desiguais ou parasitárias para com os países pertencentes ao Centro do mundo. Para isso, tinha em mente que era necessário ampliar e fortalecer parcerias e relações com outros países enquadrados como do Terceiro Mundo, em conjunto com a promoção de diversas reformas no âmbito doméstico chinês.

Este momento, marcado pelas reformas promovidas por Deng Xiaoping, conhecido como período pós-maoísta, que “abarcaram as mais diversas instituições, do pensamento confucionista às relações internacionais” (MENDONÇA, 2009, p.19), representa um ponto de inflexão não só da história chinesa, mas também das relações sino-brasileiras. As reformas propostas por Deng Xiaoping eram opostas às políticas firmadas durante o período maoísta, sendo contrastantes no modo de atuação de Mao Zedong. Isto é, deixa-se de lado a postura isolacionista obtida durante a gestão de Mao e adota-se uma maior aproximação com diversos países ampliando seu leque diplomático com Deng Xiaoping.

A ascensão de Deng Xiaoping em 1979-1980 significava que a política externa e doméstica chinesa já não era ditada pela ideologia política, mas sim pela viabilidade. (...). A medida que a economia chinesa se expandia rapidamente, tornou-se mais dependente do comércio internacional e começou a priorizar relações diplomáticas estáveis para garantir o crescimento econômico²⁵ (WANG, 2007, p.38, tradução nossa).

De acordo com Mendonça as reformas ou também conhecidas com as quatro modernizações – indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas- permitiram o reatamento de relações com a Romênia e a Iugoslávia, fechamento de acordos comerciais com

²⁵ The ascension of Deng Xiaoping in 1979-1980 meant that Chinese foreign and domestic policy was no longer dictated by political ideology but instead by practicality. (...) As the Chinese economy rapidly expanded, it became more dependet on international trade and began to prioritize stable diplomatic relations in order to ensure economic growth.

a Comunidade Europeia, maior diálogo inglês para a questão de Hong Kong sob a soberania Chinesa, parcerias comerciais com os Estados Unidos e o retorno à normalidade das relações com a União Soviética (2009, p. 34) e como abordado anteriormente, a promoção de relações bilaterais e multilaterais com países periféricos. O Brasil foi um dos atores mais importantes localizados nas terras americanas, ficando atrás somente do líder ocidental: Estados Unidos.

3.1.1 – Relações sino-brasileiras no período de Deng Xiaoping

O período que compreende a atuação política de Deng Xiaoping – de 1978 a 1992- é importantíssimo nos diálogos e visitas diplomáticas entre representantes chineses e brasileiros. O primeiro feito diplomático realizado, bilateralmente, entre o Brasil e a China foi a visita brasileira do ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro²⁶ à China em março de 1982. A visita oficial à China representou um momento importante para o Brasil, visto que tal período era marcado pela ditadura militar brasileira e Guerra Fria, onde, até então, era impensável estabelecer relações sólidas com países considerados “de esquerda”. No contexto da época de divisão do mundo nos dois blocos capitalista e comunista, parecia inviável uma parceria entre Brasil e China, países localizados em lados diametralmente opostos.

Observa-se, então, a importância da visita de Saraiva Guerreiro à China. As pretensões do encontro eram claras: estabelecer o Acordo de Cooperação Científica e Tecnologia, pois “a cooperação tecno-científica é um outro campo que revela a força dos laços entre brasileiros e chineses” (VILELLA, 2004, p.4). A base deste acordo foi a não intervenção em assuntos domésticos de cada país e o respeito à soberania de cada Estado. Mesmo sendo unânime no Direito Internacional Público, estes pilares serviram para evidenciar o caráter do acordo sino-brasileiro. Embora vivessem no ambiente da Guerra Fria, ambos os Estados visualizaram necessidades que puderam ser preenchidas através de relações diplomáticas resguardando os cuidados em suas esferas de autonomia política e localização ideológica.

Os resultados do firmamento deste acordo, tanto para o Brasil quanto para a China na questão política foram o “intercâmbio de cientistas, técnicos e especialistas para estudar os conhecimentos(...) obtidos nos campos científico e tecnológico (...); intercâmbio mútuo de

²⁶ O Ministro Saraiva Guerreiro (1918-2011) foi um diplomata brasileiro e também atuou como ministro das Relações Exteriores durante os anos de 1979 e 1985, na gestão militar de João Figueiredo.

documentação e informação científica e tecnológica” e “outras formas de cooperação científica” (MRE, 1982). A demonstração física da efetividade deste acordo ocorreu em 1999 com o lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro para o espaço sideral. Chamado de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, ou pela sigla CBRES-1²⁷, foi fruto do programa de cooperação científica e tecnológica – com a mesma sigla - proveniente do acordo. De acordo com Fujita, o “êxito do empreendimento conjunto sino-brasileiro foi saudado em ambos os países como uma demonstração eloquente das virtualidades da cooperação horizontal. (...) O Programa CBERS constitui, hoje em dia, um símbolo da Parceria Estratégica bilateral” (2003, apud VILELLA, 2004, p. 4).

Ainda durante a gestão de Deng Xiaoping, principalmente na década de 1980, ocorreram outras visitas oficiais de representantes de Estado. Embora não represente um reordenamento de atuação política e/ou diplomática nas relações bilaterais e multilaterais entre o Brasil e China, faz se necessário pontuar para compreender a evolução histórica das parcerias sino-brasileiras. Em maio de 1984, o então presidente brasileiro João Baptista de Oliveira Figueiredo visita à capital chinesa de Pequim para ampliar suas cooperações em diversas áreas e na mesma década, o sucessor da presidência José Sarney visita à China em julho de 1988, dando continuidade as mesmas pretensões da visita anterior (EMBAIXADA CHINESA NO BRASIL, 2004).

Embora houvera duas visitas presidenciais brasileiras durante a gestão de Deng Xiaoping, a mais relevante foi a visita do ministro Saraiva Guerreiro. Esta visita possibilitou o início da cooperação no setor científico e tecnológico, entre o Brasil e a China, a partir da efetividade do *Acordo de Cooperação Científica e Tecnologia* em 1982. As outras visitas ocorridas – do presidente Figueiredo (1984) e do presidente José Sarney (1988) – com pretensões a ampliar o leque da cooperação, de fato não trouxeram ganhos políticos mensuráveis tanto para o Brasil quanto para a China. As explicações para falta de resultados dessas viagens presidenciais são duas: não houvera uma formulação concisa de objetivos brasileiros levados à China e/ou o governo chinês não demonstrou, naquele momento, “caminhar” em outra direção sendo guiado pelo Brasil. De qualquer maneira, quaisquer que sejam as respostas para a indagação, uma coisa ficou clara: os principais momentos das relações políticas e diplomáticas sino-brasileiras partiram notoriamente das atuações da China.

²⁷ Sigla em inglês para *China-Brasil Earth-Resources Satellite*, satélite lançado à órbita no centro de lançamento chinês de Taiyuan.

3.2 – Jiang Zemin e sua atuação na política externa

Depois dos episódios da Praça da Paz Celestial em maio de 1989²⁸, Jiang Zemin se torna presidente do PCCh na China, em março de 1993. O período de atuação de Jiang Zemin abarca o retorno de Hong Kong e Macau à soberania da China, sendo um significativo momento para a diplomacia e relações internacionais chinesas. Em relação ao Brasil, para interpretar o estágio das relações sino-brasileiras no período Zemin – que vai desde 1993 até 2003 – é importante desenvolver sobre as heranças de sua política externa.

A Virada do Milênio, tecnicamente, ocorreu no Ano Novo de 2000 para 2001. Desta data até 2003 não houve um momento significativo ou um reordenamento que possa ser usado para determinar que tal data, de fato, seja a Virada do Milênio para as relações sino-brasileiras. Alguns podem argumentar que os ataques terroristas de 11 de Setembro 2001 indiquem uma mudança conjuntural – ou até mesmo estrutural – no sistema internacional. Obviamente a magnitude deste evento não pode ser desconsiderada das análises internacionalistas. Entretanto, nas relações diretas entre Brasil e China, a posse do presidente brasileiro Lula em 2003 e o fim do mandato de Jiang Zemin representou um momento de inflexão nos comportamentos de ambos os Estados. Por conseguinte, em nossas análises a atuação de Jiang Zemin será considerada no espectro temporal como pré Virada do Milênio.

A década Jiang Zemin – de 1993 até 2003- evidenciou uma maior abertura chinesa em decorrência das reformas econômicas herdadas de Deng Xiaoping. Jiang Zemin é notoriamente lembrado por seu sucesso na questão de Hong Kong e Macau (ROSA, 2013). Para compreender

²⁸ Os episódios de Tian Anmen (Praça da Paz Celestial) foi uma série de protestos ocorridos na China durante o ano de 1989. Mesmo ocorrendo em mais de 400 cidades em diversas províncias chinesas, tais protestos ganharam relevância quando milhares de pessoas se reuniram em Pequim – na Praça da Paz Celestial. As manifestações terminaram quando Deng Xiaoping decidiu proclamar a Lei Marcial e enviar soldados junto à Praça. Na época, o Partido Comunista da China enfrentava uma grave crise interna, devido principalmente ao medo por parte dos membros mais antigos do Partido, de que a abertura econômica inaugurada por Deng pudesse levar a China à desintegração como estava acontecendo naquele momento na vizinha União Soviética. Deng Xiaoping proclamando a Lei Marcial quis demonstrar que tinha o controle da situação econômica e política do país. Se de um lado superou a crise interna fortalecendo suas bases de poder, de outra esta decisão custou-lhe acusações por parte do Ocidente.

o perfil política externa de Zemin, é importante ter em mente que sua atuação teve maior foco no retorno dessas duas regiões historicamente pertencentes ao território chinês.

Relembrando o passado, devido a tentativa de ingerência europeia na China e as duas Guerras do Ópio ocorridas no século XIX, o governo chinês daquele período – dinastia Qing-estivera bastante debilitado. Houve uma forte ameaça de cisão interna devido ao grande fluxo de ópio para a população chinesa estrategicamente e sistematicamente planejado pela Grã-Bretanha (DUARTE, 2005, p 138). Para se manter no poder, o imperador chinês Xianfeng²⁹ observando seu desprestígio interno e fraqueza para lidar com as ameaças e investidas inglesas, assinou o tratado que ficou conhecido como *Convenção de Beijing* em 1860.

Artigo VI

Com vista à manutenção da lei e ordem dentro e sobre o porto de Hong Kong, Sua Majestade Imperial, o Imperador da China, concorda em ceder a Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha e da Irlanda e aos Seus Herdeiros e Sucessores, a ter e manter uma dependência da Colônia de Hong Kong da Majestade Britânica ³⁰ (...) (CONVENÇÃO DE BEIJING, 1860, tradução nossa).

Jiang Zemin teve que lidar com questões históricas, herdadas tanto do imperador Xianfeng quanto de Deng Xiaoping. Este último se explica porque o vencimento da conferência e da tutela britânica sobre Hong Kong se expiraria em 1984. Desde essa data, houveram diálogos sino-ingleses sobre como seria feita a transição da sujeição da ilha. Mas foi somente na gestão de Jiang Zemin em 1997 que, de fato, Hong Kong se reintegrou politicamente à China. A principal característica dessa reintegração sob a gestão de Zemin foi a adoção “do novo princípio dentro da política chinesa baseado em ‘um país, dois sistemas’, como meio conciliador entre a realidade vivida na ‘China continental’ e em Hong Kong” (ROSA, 2013, p. 7).

Macau passara a ser de domínio colonial português através da assinatura do Protocolo de Lisboa e o Tratado de Amizade e Comércio, ambos assinados em 1887 num momento em que a China se encontrava bastante debilitada politicamente devido ao Século da Humilhação Chinesa. Macau passou a ser região administrativa da China somente no final do século XX, em 1999 (REIS, 2015). A reintegração da região de Macau à soberania chinesa pode ser descrita como uma continuidade ou extensão do caso de Hong Kong. Isto é, geograficamente e

²⁹ O Imperado Xianfeng foi o sétimo imperador chinês da dinastia Qing entre os anos de 1851 e 1861.

³⁰ With a view to the maintenance of law and order in and about the harbour of Hongkong, His Imperial Majesty the Emperor of China agrees to cede to Her Majesty the Queen of Great Britain and Ireland, and to Her Heirs and Successors, to have and to hold as a dependency of Her Britannic Majesty's Colony of Hongkong

economicamente, Hong Kong detivera maior importância e atenção dos chineses. Macau, apesar de ser uma importante zona portuária, não dispunha das mesmas características de Hong Kong. Então o desejo chinês para restituição de Macau foi facilmente concretizado visto a conquista diplomática frente à Hong Kong e pouca imposição portuguesa em comparativo com a Grã-Bretanha.

A década de 1990 foi marcada pelo fim da Guerra Fria e por um reordenamento da estrutura mundial. As reformas econômicas pensadas por Deng Xiaoping estavam sendo colocadas em prática. As relações com os Estados Unidos, Rússia e Japão ganhavam maior destaque na política externa chinesa por dois motivos. O primeiro motivo é que as relações sino-estadunidenses e sino-soviéticas eram vistas como mais importantes por serem com as potências antagônicas da Guerra Fria. O segundo motivo, das relações sino-nipônicas, mostra que, na década de 1990, houvera importantes visitas diplomáticas para tentar fortalecer uma parceria na área econômica entre ambos países orientais. Com necessidades de melhorar sua imagem depois dos Episódios da Praça da Paz Celestial e progredir com a política do “Socialismo de Mercado com Características Chinesas”, a China percebeu a importância de fortalecer laços com o Japão. O anseio de Jiang Zemin por um reforço das relações sino-nipônicas pode ser entendido como uma necessidade chinesa de ampliar sua cooperação técnica e financeira visto que o Japão era o país mais industrializado localizado perto do território chinês (SILVA, 2012, p. 37-38) e também a necessidade de manter bons laços diplomáticos tendo em mente os diversos litígios ocorridos entre a China e o Japão no decorrer do final do século XIX e século XX.

3.2.1 – Jiang Zemin e sua relação com o Brasil

Diferente de Mao Zedong, o então presidente chinês Jiang Zemin participou incisivamente nas relações sino-brasileiras. Zemin visitou o Brasil em abril de 2001 e o teor do discurso proferido no jantar em sua homenagem evidenciou o caráter das aproximações desses dois parceiros. Muito mais do que perfumaria diplomática, o discurso manifesta que a cooperação entre o Brasil e a China transcende a área econômica e comercial e busca fortalecer outras áreas até então inexplorada por ambos Estados.

“[...] a parceria entre Brasil e a China não está limitada a esses interesses [econômicos e comerciais]. Projeta-se sobre um amplo espectro de temas políticos no plano internacional. Temas que delineiam o esforço de construção de um novo ordenamento

internacional, que seja alheio aos monopólios de todo tipo, de poder, de riqueza ou de saber, uma ordem sem arrogância e sem imposições. ” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, 2001).

É inegável que durante a gestão de Jiang Zemin, a parte bilateral das relações sino-brasileiras deram um enorme avanço em comparativo com todo o século XX. A promoção das relações bilaterais por parte de Jiang Zemin tem origens nas pretensões de Deng Xiaoping em atentar as pautas Sul-Sul para se desvencilhar dos monopólios de poder provenientes da Guerra Fria. O fortalecimento com o Sul era visto como necessário para a consolidação do projeto do Socialismo de Mercado com Características Chinesas.

Quadro 1. Tratados bilaterais sino-brasileiros durante a gestão de Zemin

| Tratado | Ano da ratificação | Nº |
|---|---------------------------|-----------|
| Protocolo Governamental de Intenção sobre o Desenvolvimento do Comércio do Minério Férreo e a Promoção da Exploração Conjunta do Mineral de Ferro | Novembro de 1993 | 1 |
| Acordo de Cooperação sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior | Novembro de 1994 | 2 |
| Protocolo sobre a Cooperação de Pequena Usina Hidrelétrica entre o Ministério de Hidráulica e o Ministério de Minas e Energia do Brasil | Dezembro de 1995 | 3 |
| Acordo sobre Quarentena Vegetal entre a China e o Brasil | Dezembro de 1995 | 4 |
| Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica-tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica | Dezembro de 1995 | 5 |
| Acordo sobre a Quarentena Zoo-Sanitária e Cooperação na Saúde Animal | Fevereiro de 1996 | 6 |

| | | |
|--|------------------|---|
| Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral do Brasil na Região Administrativa Especial de Hong Kong da China | Novembro de 1996 | 7 |
| Ajuste Complementar entre os Governos da China e do Brasil ao Acordo Governamental de Cooperação Econômica para Garantir a Qualidade da Mercadoria Importada e Exportada | Dezembro de 1998 | 8 |
| Protocolo entre os Governos da China e do Brasil sobre a Cooperação na Área de Tecnologia Espacial | Setembro de 2000 | 9 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela Embaixada Chinesa (2004).

Os avanços das relações bilaterais promovidas durante a gestão de Zemin não se dão somente nas áreas econômicas e comerciais. Tratados e acordos sobre áreas de saúde e segurança sanitária foram firmadas na década de 1990 – tratados 4 e 6- e foram pontuais, não representando um acréscimo de qualidade nas relações bilaterais. Os tratados e acordos sobre áreas estratégicas – tratados 1, 2, 3 e 5- evidenciam a necessidade da China e do Brasil em fortalecer suas parcerias em áreas científico-tecnológicas. Os tratados e acordos nas áreas econômicas e comerciais foram de menor expressão do que as firmadas durante a gestão de Deng Xiaoping.

A tabela elaborada acima daria margem para elaborar um extenso capítulo sobre a importância de cada um dos tratados firmados durante a gestão de Jian Zemin. Mesmo não sendo o foco do trabalho, levantar sobre os tratados acima nos mostra quão frutífero foi a década Zemin nas relações bilaterais sino-brasileiras e caracterizam, de certa forma, a identidade dessas relações na virada do milênio.

3.3 – A importância da Virada do Milênio no reordenamento das relações sino-brasileiras

Para as análises que o presente trabalho propõe, o ano de 2003 representa a Virada do Milênio por significativos fatores até então inéditos nas relações sino-brasileiras. São três fatores essenciais para compreender a identidade dessas relações: início da gestão Lula no Brasil, início da gestão de Hu Jintao na China e transição de um mundo unipolar para uma

estrutura de poder guiada pelas incertezas ocasionadas pelos ataques de 11 de Setembro de 2001. O primeiro fator que indica uma transição – ou propriamente a Virada do Milênio- foi o protagonismo de um chefe de Estado brasileiro nas relações sino-brasileiras. Desde a oficialização das relações entre o Brasil e a China em 1974, pode-se afirmar com propriedade que a construção, direção e a qualidade das relações bilaterais estiveram nas mãos dos burocratas e formuladores de política externa do PCCh. Apesar da grande qualidade e esforço do chanceler brasileiro Azeredo da Silveira -1974 e 1978- em influir na política externa buscando uma maior aproximação com a China, foi somente em 2003 que se visualiza o controle e o domínio brasileiro nas relações sino-brasileiras – ou um equilíbrio entre ambos os Estados.

Vigevani e Cepaluni (2007) caracterizam três momentos da política externa brasileira que possuíam o mesmo objetivo: a autonomia brasileira nas relações internacionais. Os três momentos da política externa brasileira buscaram a autonomia por diferentes meios de atuação. A Autonomia pela Distância vem desde o período do presidente Sarney na década de 1970. Com o retorno do sistema democrático no Brasil e o contexto da Guerra Fria nas relações internacionais, as diretrizes dessa autonomia buscavam um afastamento de qualquer subordinação com os polos de poder antagônicos – leia-se Estados Unidos e União Soviética – para assim alcançar um estágio de emancipação da política externa brasileira, caracterizando a política externa com uma agenda “isolacionista”.

A crise dos choques do petróleo, o fim da Guerra Fria e a ascensão do Liberalismo na América Latina exigia um novo método de autonomia para o Brasil. Ascendia, então, na década de 1990 com Collor o modelo de política externa, que perduraria até o início da gestão de Lula, a Autonomia pela Participação. Este modelo consistia no interesse da participação brasileira nos processos de integração regional – visualizados com o Mercosul -, maior abertura econômica e comercial brasileira, maior participação nos organismos internacionais multilaterais e acatamento dos principais regimes internacionais para conquistar maior espaço nas negociações políticas.

Ganhando as eleições para a presidência da república brasileira em 2002 e assumindo o posto em 2003, Luís Inácio Lula da Silva – doravante Lula - foi um importante ator político na arena das relações entre o Brasil e a China. Diferente dos presidentes anteriores, a política externa de Lula conseguiu obter êxito no que se refere as suas pautas para com a China graças a Autonomia pela Diversificação. Esta autonomia lulista pode ser caracterizada por

“contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (...) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e economias internacionais” e “adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291).

Pela primeira vez nas relações entre o Brasil e a China, um presidente brasileiro busca atuar conforme os mesmos entendimentos dos formuladores de política externa chinesa. Isto é, a descrição da Autonomia pela Diversificação se assemelha as pretensões de Deng Xiaoping em se desvencilhar de qualquer possibilidade de isolamento ou unilateralismo através do reforço do multilateralismo chinês em diversas áreas (WEI, 2008); e as pretensões de Jiang Zemin em fortalecer as relações bilaterais com o Brasil no sentido de ampliar a parceria estratégica entre ambos os Estados.

De acordo com Vigevani e Cepaluni (2007, p. 275), a política externa brasileira de Lula não era inovadora, pois não representava uma “ruptura significativa com os paradigmas históricos”. Para eles, a atuação de Lula seguiu-se na herança das ações perpetradas pelo presidente anterior FHC e a unicidade de Lula é observada somente nas ênfases dadas por este as diversas pautas já abordadas. Já Oswaldo Biato Júnior (2010, p. 74) versa que um dos primeiros protagonismos brasileiros frente as relações bilaterais sino-brasileiras partiram de FHC em sua visita presidencial à China em dezembro de 1995.

Em relação a argumentação de Vigevani e Cepaluni, a política externa lulista apresentou não somente uma maior ênfase nas relações Sul-Sul para contrabalancear o desequilíbrio Norte-Sul como também uma maior prioridade para com a China em diversas áreas – principalmente econômicas e estratégicas. Pode ser que houvera uma continuidade ou possibilidade de Lula em efetivar as diretrizes pensadas pelos formuladores de política externa durante a gestão de FHC, mas no tocante as relações bilaterais sino-brasileiras é notório uma metamorfose a partir do ano de 2003.

Sobre o pensamento de Oswaldo Biato Júnior, a parceria estratégica entre o Brasil e a China realmente se iniciou na década de 1990 e o suprássumo foi a visita de FHC em 1995 referente ao futuro lançamento do satélite CBERS-1. Contudo, a atuação do presidente brasileiro é facilmente ofuscada quando questionado sobre o grau de autonomia de FHC frente as questões fora do círculo científico-tecnológico.

“Somos, também, um país global. Da mesma forma que a integração nacional para pela integração regional, estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular, com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior. (...)”

São múltiplos os aspectos em que o Brasil e a China formam uma parceria estratégica.” (LULA, 2003).

Mas onde reside a importância de Lula para as relações entre o Brasil e a China? Qual feito indica uma ruptura com os paradigmas anteriores? Para responder esses questionamentos, devemos abordar os outros dois elementos catalisadores das transformações ocorridas a partir da virada do milênio: a ascensão de Hu Jintao e a configuração do sistema internacional no pós-11 de Setembro de 2001.

Lula toma a dianteira das relações bilaterais sino-brasileiras por dois fatores. Como está sendo tratado sobre relações bilaterais, obviamente cada Estado é promotor de um fator. Por parte do Estado brasileiro, a adoção da Autonomia pela Diversificação e uma diplomacia presidencial permitiu que o presidente brasileiro do início novo milênio, em seus discursos e em suas ações, reordenasse a política externa brasileira guiada por uma ideia de universalidade sem quaisquer laços bilaterais com natureza subordinativa ou proeminente sobre determinado Estado ou região do globo (SOUZA NETO, 2011, p. 100-114). O fator chinês foi a própria condução de Hu Jintao da política externa chinesa, negligenciando ou não dando importância recíproca à parceria com o Brasil.

Hu Jintao faz parte da quarta geração de líderes desde a revolução chinesa³¹. Em comparativo com os seus predecessores, a transição para a sua gestão em 2003 como presidente chinês foi a mais “tranquila”. Mao Zedong enfrentou no início a China caótica devido os processos revolucionários em meio a um mundo dividido. Deng Xiaoping buscou projetar a China para com o mundo aplicando uma ambiciosa reforma econômica logo no início de sua gestão, sendo importante o apoio brasileiro em busca de sua projeção. Jiang Zemin teve que lidar com problemas históricos chineses que não se limitaram aos Protestos da Praça da Paz Celestial, utilizando do Brasil para apoio, legitimidade e reconhecimento de suas ações. Hu Jintao, no entanto, não teve nenhuma “batata quente em suas mãos” assim que assumiu o mais alto posto do PCCh.

Com a virada do milênio, o PCCh reformulou sua atuação de política externa deixando de lado os ideais proferidos tanto por Deng Xiaoping quanto Jiang Zemin em buscar um lugar ao mundo onde quaisquer tipos de hegemonismo pudesse imperar. Dessa vez, a importância dada aos Estados Unidos era outra. Se durante a Guerra Fria e, logo após, a configuração de um

³¹ Mao Zedong é líder da primeira geração do PCCh, sucedido por Deng Xiaoping com a segunda geração e Jiang Zemin da terceira geração.

mundo unipolar na década de 1990, a China ansiava em uma pluralidade de suas relações para contrabalancear o peso global que os Estados Unidos possuía; logo após a descrença na unipolaridade pós-11 de Setembro de 2001, Pequim buscou de maneira pragmática aprender a conviver com o *hegemon* visto a necessidade de uma melhor relação com os Estados Unidos em busca de reconhecimento (ZHAO, 2012).

A questão que se coloca é se a China, em função da ampliação de seu papel econômico, político e estratégico no atual contexto internacional, não passou a considerar que seu relacionamento com o Brasil deixou de ser pertinente. Este questionamento expressa o desconforto que a diplomacia brasileira passou a sentir nos primeiros anos deste século, na constatação de que China não conseguia, ou não tinha mais interesse, em transformar sua retórica em projetos efetivos (ALTEMANI, 2010, p. 91).

Hu Jintao se distanciou das ações de cunho bilateral para com o Brasil. Se com Deng Xiaoping o viés das relações foi político e com Jiang Zemin o viés foi científico e estratégico, com Hu Jintao o viés foi estritamente comercial. Altemani elenca inúmeros pontos que caracterizam a atuação de Hu Jintao nas relações bilaterais. Por exemplo, a gestão do comércio sino-brasileiro cresceu de maneira exponencial logo após Lula e Hu Jintao ascenderem ao poder.

Observa-se no começo do milênio a “Ásia ter se tornado, pela primeira vez, o principal destino das exportações brasileiras (...) decorrente, em especial, do crescimento das exportações para a China” (ALTEMANI, 2010, p. 95). Enquanto o Brasil enviava volumosas cargas de soja e minérios de ferro, as importações provenientes da China eram basicamente produtos manufaturados. Surge daí uma desigual relação bilateral na área do comércio exterior sino-brasileiro que futuramente serviria de impeditivo no aprofundamento das relações econômicas entre ambos os Estados, pois a enxurrada de produtos chineses na América Latina forçou o Brasil a implementar uma série de medidas restritivas, como leis antidumping e anti-triangulação, para conter o avanço do mercado chinês na região.

Na década de 1990, com objetivo de melhorar a imagem chinesa para o mundo e atender as suas necessidades de agenda doméstica, a China utilizou do apoio brasileiro em diversos organismos internacionais. Uma aliança não formal com o Brasil foi fundamental para articular sua participação/tentativas de participação na Organização Mundial do Comércio, Rodada Doha, Organização Mundial da Saúde, Bancos Internacionais, entre outros. Com Hu Jintao, percebeu-se um esfriamento nessa aliança visto que a China atingira suas metas nos principais organismos internacionais, tornando o Brasil, mesmo que importante, um ator dispensável.

Lula então preenche as lacunas que, pela primeira vez, a China deixa nas relações bilaterais sino-brasileiras. Parte do lado brasileiro a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação – COSBAN, em 2006. De acordo com Altemani (2010, p.91), a COSBAN foi um dos mecanismos bilaterais desenvolvidos com o “objetivo de minimizar as crescentes tensões no relacionamento bilateral” que a China e o Brasil vinham sofrendo desde a virada do milênio por motivos comerciais. Esta comissão, apesar de pouco conhecida, é fundamental pois compreende a importância dada de ambos os Estados para seus laços bilaterais. A principal função da COSBAN é criar um canal de diálogo, possibilitando acordos e projetos de cunho bilateral além de formular instrumentos para verificar a efetividade dos resultados dos compromissos celebrados (MRE, 2015).

Outro grande feito de Lula, no sentido bilateral, foi o Plano de Ação Conjunta assinado pelo presidente Lula e pelo presidente Hu Jintao em 2010. Este plano tem como finalidade “dar caráter institucional à relação entre Brasil e China, com o estabelecimento de metas e a criação de mecanismos permanentes de consulta e coordenação entre os dois países” (ALTEMANI, 2010, p.94).

Também foi no governo Lula que a expressão de “parceria estratégica” elevou a relação do Brasil com a China a um nível mais alto durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) – no primeiro mandato de Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores - ganhou especial ênfase na política externa brasileira.

Pela combinação do crescimento extraordinário do fluxo de comércio e investimentos entre os dois países, com a prioridade atribuída pelo governo Lula às relações Sul-Sul e, de maneira especial, com os demais países chamados emergentes” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 2).

De fato, após a crise de 2008, a China se tornou o terceiro maior parceiro do Brasil após os EUA e a União Europeia.

O presidente Lula visitou oficialmente a China em 2004 e 2009, recebendo por duas vezes a visita do presidente chinês Hu Jintao. Fora as visitas presidenciais, apenas nos anos de 2008 e 2009 os dois líderes se encontraram em outras ocasiões, especialmente fóruns internacionais, nove vezes, número que indica a importância dada à parceria sino-brasileira.

Ao longo da segunda metade da década de 2000, houve uma aproximação entre as economias sino-brasileira como nunca tinha tido anteriormente. A transformação da China em principal destino das exportações brasileira e maior parceiro comercial do Brasil em 2009 confirma esta afirmação (ROSITO, 2016).

A primeira década do século XXI marcou, portanto, uma inflexão na política externa dos dois países, principalmente da China que passa a investir nas relações multilaterais ingressando na OMC em 2001, reforçando a projeção regional na Organização de Cooperação de Xangai, e no plano internacional, trabalhando de forma acirrada na consolidação do grupo do BRIC. Hu Jintao e Lula apostaram neste agrupamento como cenário privilegiado para o diálogo e cooperação Sul-Sul elevando ainda mais as relações sino-brasileiras num patamar até então desconhecido.

4- O MULTILATERALISMO SINO-BRASILEIRO NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir do ano de 2003, observa-se uma maior atuação brasileira nos organismos internacionais. Fruto de uma política externa orientada pelas diretrizes da universalização e independentismo característicos do presidente brasileiro Lula, é notório a ascensão brasileira no que tange o multilateralismo através dos principais organismos internacionais. A partir desta ótica, a proposta deste capítulo é analisar as confluências de agendas e parcerias entre o Brasil e a China no BRICS, G-20 e Conselho de Segurança da ONU. Como elucidado anteriormente acerca da construção das relações políticas entre o Brasil e a China, nesta parte do trabalho será considerado apenas o recorte temporal que abarca o século XXI uma vez que analisar o multilateralismo desde o início das aproximações sino-brasileiras representaria uma maior extensão de análise e fugiria da problemática proposta.

Inicialmente caracterizado como uma era de renovação das relações internacionais, o século XXI, vem retomando um padrão tradicional de interação entre os Estados, e dos desafios e ameaças envolvidos em um processo de redistribuição do poder e reordenamento do equilíbrio mundial (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.441).

Outra característica contrastante com o capítulo anterior é que as análises das relações multilaterais não se prenderão à atuação dos chefes de Estado, dado que as performances de cada país nos organismos internacionais abarcam muito mais variáveis do que nas suas relações bilaterais. A importância de buscar compreender as relações sino-brasileiras limitadas aos organismos internacionais se dá pela grande importância que estas instituições adquirem com a globalização. Portanto, buscar-se-á discorrer sobre a importância dos organismos internacionais nas análises internacionalistas bem como conceituar a globalização para compreender os processos multilaterais bem como os padrões de comportamento sino-brasileiros.

A rede de organizações internacionais faz parte de um conjunto maior de instituições que garantem uma certa medida de governança global. Normas, regras, leis, procedimentos para resolução de disputas, ajuda humanitária, a utilização da força militar, programas de assistência ao desenvolvimento, mecanismos para coletar informações são algumas das práticas que produzem a governança global (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.10).

De acordo com Herz e Hoffman (2004), as instituições internacionais como órgãos promotores de multilateralismo existem desde o século XIX e possuíam a finalidade de criar relações de cooperações em diversas áreas. Entretanto, na história das Relações Internacionais,

somente com a Guerra Fria é que os organismos internacionais adquirem proeminência no sistema internacional. Como as autoras versam, uma característica exclusiva dos organismos internacionais reside na pretensão de caráter permanente, isto é, não são meras formações *ad hoc* para resoluções de pautas de curto e médio prazo.

Uma outra característica dos organismos internacionais é a dependência do interesse dos Estados na permanência e atuação dessas instituições, ou seja, é necessário o empenho dos Estados para legitimar e conservarem as ações destes (RINALDI; MORINI, 2015). Partindo da importância do Estado no desempenho das instituições internacionais, os autores Rinaldi e Morini (2015) descrevem que os processos globalizatórios tem um profundo impacto nos Estados e conseqüentemente afetam a gestão destes sobre as instituições. Os autores abordam que os processos globalizatórios “têm sido acompanhados da criação de novas instituições internacionais moldadas para dar vazão a essa incipiente configuração global de interação (...), fazendo com que os Estados se adaptem aos novos padrões de relacionamento entre eles” (2015, p. 527).

A globalização é um fenômeno recente, teve como início a reestruturação do sistema internacional no pós-Guerra Fria. De acordo com Mariano, o início da globalização é marcado por um “forte aumento no número de organizações e coletividades internacionais e transnacionais” como forma de lidar com assuntos de governança global, preenchendo as lacunas deixadas pela ineficiência dos Estados (2007, p.124). Deduz-se então que o fenômeno da globalização está diretamente relacionado a uma maior atuação dos Estados em organismos internacionais, pois ao invés de desaparecerem com a ascensão do fenômeno, “[o]s Estados (...) adquirem uma nova lógica de operação, onde seu poder é limitado frente à expansão das forças transnacionais” (MARIANO, 2007, p.125).

Essa nova ressignificação pelo qual o Estado passa através da globalização variam a partir das suas capacidades. De acordo com Hobsbawm (2007), o que se convencionou chamar de globalização está longe de ser um compartilhamento e distribuição pariforme de capacidades e ganhos na arena internacional. Na verdade, observa-se uma acentuação das disparidades entre os Estados desenvolvidos e em desenvolvimento a partir do surgimento do fenômeno globalizatório.

Primeiro, a globalização acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas [...]. Segundo, o impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela [...]. Terceiro, embora a escala real da globalização permaneça modesta, talvez a execução de alguns países em geral

pequenos e sobretudo na Europa, seu impacto político e cultural é desproporcionalmente grande (HOBBSAWM, 2007, p.11-12).

Em conjunto com o pensamento acerca da globalização de Hobsbawm, o autor Mariano descreve que pela disposição brasileira no globo – de país ainda em desenvolvimento -, o Brasil busca através da ampliação das suas relações multilaterais e do reforço do regionalismo (2007). Apesar do foco brasileiro nos processos de integração regional como meio de fortalecer sua inserção internacional, a delimitação deste capítulo é na atuação na área multilateral.

A importância das análises das relações multilaterais reside, de certa forma, num caráter institucionalizante destas relações. De acordo com Herz e Hoffman, o “multilateralismo, ou seja, a coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com um conjunto de princípios, já representa um passo adiante no processo de institucionalização das relações internacionais” (2004, p.11).

A associação entre o multilateralismo e as OIGs é intensa, pois proveem o espaço social e os recursos necessários para a prática do multilateralismo poder avançar. Por outro lado, os princípios, a lógica da indivisibilidade e a reciprocidade difusa favorecem o processo de legitimação das OIGs no sistema internacional (HERZ; HOFFMAN, 2004, p.11)

O multilateralismo possui três características fundamentais para se apontar como, de fato, relações multilaterais. A primeira característica é o “princípio de não discriminação ou nação mais favorecida”, visualizado sua efetividade em relação a gestão do comércio internacional numa relação entre três ou mais Estados. A segunda característica é o “conceito de indivisibilidade”, em outras palavras, numa relação multilateral todos os Estados estão sujeitos aos mesmos termos tratados entre todos. E por último, a terceira característica é a “reciprocidade difusa” que é “mais amplo e abstrato do que a ideia de troca mútua” (RUGGIE, 1993 apud HERZ; HOFFMAN, 2004, *passim*).

Elencado os conceitos de organizações internacionais, globalização e multilateralismo, analisar-se-á as consonâncias entre o Brasil e a China nas principais instituições internacionais. O trabalho não pretende compreender ambos os Estados em todas as instituições que os dois participam, pois seria uma tarefa árdua e laboriosa. Sendo assim, três arranjos multilaterais serão analisados dado a importâncias destes tanto para a o Brasil quanto para a China. São estes o BRICS, G-20 e o Conselho de Segurança da ONU.

4.1 – Formação e consolidação do BRICS

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul unem-se pela democratização das relações internacionais, pelo fortalecimento do multilateralismo, e pela promoção do desenvolvimento (REIS, 2012, p.44).

BRICS é uma importante organização internacional para as relações sino-brasileiras. A sua formação e consolidação como bloco multilateral de grande peso na arena internacional é inédito no fato de ter sido criado por países considerados potências emergentes. De acordo com Aguiar, o cenário internacional pós virada do milênio foi um elemento importante para a projeção dos atores que compõem o BRICS. Aguiar versa que com a chegada do século XXI, “houve um relativo vácuo de poder global causado pelos novos desafios da governança global e pelas limitações para impor a sua vontade sobre outras nações” (2014, p.1). Para ele, o início do novo milênio é marcado com uma transição da ordem internacional, cujo se observa claramente o declínio estadunidense perante as novas demandas do sistema internacional e, a partir deste contexto, observa a ascensão de potências emergentes que desempenham importantes papéis nos seus subsistemas regionais (2014).

Nos primeiros anos do século XXI, a China ascendeu ao posto de segunda economia do mundo e de maior exportadora global (2010); o Brasil passou à posição de sexta maior economia do planeta (2011); a Índia mantém elevadas taxas de crescimento anual, sendo a nona maior economia; a Rússia recuperou sua autoestima com base na estabilidade econômica, situando-se como a décima primeira maior economia¹⁴; e a África do Sul apresenta-se ao mundo reconstruída em sua dignidade nacional com o fim do *apartheid* e com o fortalecimento de sua democracia e de sua economia (REIS, 2012, p.34).

Com o novo milênio, é observada a adesão brasileira a diversas instituições internacionais de cunho multilateral. O encontro das relações multilaterais com a China é descrito com um elemento inevitável já que ambos os Estados são caracterizados como “*monster countries*³²” ou “países baleias” no “oceano global” (REIS, 2012, p.34). Isto é, de acordo com Reis, além do Brasil e da China, outros Estados como a Rússia e a Índia são descritos como países detentores de enormes potenciais como “vastos territórios, grandes populações, ricos em recursos naturais e detinham certo grau de desenvolvimento científico e tecnológico” (2012, p.33).

O início do século XXI demonstrou com clareza a falta de representatividade das instituições do pós-guerra, o que já era apontado pelo Brasil e outros países de economias emergentes. Esses países defendem que as instituições internacionais,

³² Países monstros.

políticas e econômicas carecem de legitimidade e representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento. O interesse comum desses países abriu espaço para uma articulação e coordenação de debates a fim de buscar uma representatividade nas instituições internacionais (AGUIAR, 2014, p.2-3).

A primeira década mostrou-se então, associada ao declínio da hegemonia estadunidense com as potencialidades destes Estados emergentes, o surgimento de um agrupamento multilateral para contrapor com as negociações em relação aos países tradicionalmente desenvolvidos. Em 2001, surge o acrônimo BRIC (que engloba Brasil, Rússia, Índia e China) através do estudo de Jim O’Neil intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”. O acrônimo era um instrumento de marketing financeiro onde explicava as potencialidades econômicas e comerciais que cada país dessa sigla possuía, isto é, tal estudo era um “catálogo de investimentos” para instituições financeiras e grandes corporações econômicas.

O que O’Neil não imaginava é que o germen do BRICS ficou no imaginário destes Estados e ganhou relevância em 2007. Percebendo a falta de representatividade das instituições internacionais no pós-Guerra Fria, “o Brasil assumiu a organização (...) à margem da AGNU³³ e, nessa ocasião, constatou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização da reunião específica de chanceleres do BRIC” (REIS, 2012, p.36). O protagonismo brasileiro surgiu da perspectiva da política externa de que instituições internacionais multilaterais, como o IBAS³⁴, G-4³⁵ e as cúpulas ASA e ASPAS³⁶, necessitavam de um organismo mais estruturado capaz de complementar as ações dessas articulações internacionais.

Deste modo, o BRICS só se tornou um caminho possível por dois importantes fatores: a) o Brasil carecia de maior espaço na comunidade internacional, visto que uma das diretrizes da política externa de Lula era a ampliação das relações multilaterais a fim de contrabalançar sua grande dimensão frente a pouca representatividade nos principais organismos internacionais e b) a relação comercial destes países para com o mundo estivera crescendo a margem de um trilhão de dólares anualmente. O boom econômico chinês não lhe representava um ganho de “voz” nessas mesmas instituições visadas pelo Brasil. Com a China crescendo em termos de PIB, “uma Grécia a cada quatro meses” e o Brasil em conjunto com Rússia, Índia e

³³ Assembleia Geral das Nações Unidas.

³⁴ Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul é um agrupamento político entre esses três Estados visando cooperarem e compartilharem suas experiências regionais.

³⁵ O G-4 é uma aliança entre o Brasil, Alemanha, Índia e Japão dentro da ONU com proposição de reforma do Conselho de Segurança. Mais na frente haverá um subcapítulo exclusivo sobre esta temática.

³⁶ As cúpulas ASA (América do Sul e África) e ASPA (América do Sul e países árabes) são mecanismos de cooperação birregionais que abrangem uma pauta multidisciplinar, como comércio, diplomacia, câmbio de tecnologias, etc.

China “criando uma outra Itália” anualmente, tais países perceberam o potencial e a necessidade de uma articulação capaz de dar voz e visibilidade a tais Estados no que condiz o campo das instituições (REIS; ASSUNÇÃO; LEMOS, 2012, *passim*).

Não cabe a este trabalho esmiuçar detalhadamente cada cúpula do BRICS, mas é fundamental elencar pontos importantes não só para as relações sino-brasileiras, mas para a consolidação do próprio bloco. Em linhas gerais, a primeira cúpula realizada 2009 na cidade russa de Ecatemburgo lançou formalmente o BRICS ao sistema internacional. Neste momento ainda se chamava BRIC pois em sua configuração original era formada apenas pelo Brasil, Rússia, Índia e China. O caráter das reuniões da primeira cúpula foi mais econômico devido à crise econômica global que assolou o sistema financeiro internacional no ano de 2008. Neste primeiro momento, os Estados que compunham o BRIC tiveram êxito no diálogo em relação ao aumento das quotas no FMI e Banco Mundial, mas não tinham certeza da continuidade do bloco.

A segunda cúpula ocorreu em Brasília no ano de 2010 e suas pautas não foram focadas somente nas áreas econômicas. As pautas de economia política ganharam destaque visto que os quatro Estados entendiam necessidades de reformas no sistema gerado por Bretton Woods e uma maior atuação no G-20 (REIS, 2012). Como efeitos imediatos, verifica-se uma vertiginosa cooperação intra-BRIC, notoriamente na área comercial dado que neste início de milênio o “valor do comércio BRICS-Mundo passou de US\$ 1 trilhão em 2002 para US\$ 4,6 trilhões em 2010, sendo que o comércio intra-BRICS foi de US\$ 220 bilhões em 2010” (REIS, 2012, p.40).

A última cúpula a ser analisada é a terceira realizada, uma vez que as posteriores não desempenharam papéis tão importantes nas relações sino-brasileiras e na consolidação dos BRICS. Nesta cúpula, realizada em 2011 na cidade chinesa de Sanya, as pautas se focaram numa ampliação da cooperação dos BRICS em diversas áreas. Pela primeira vez o grupo estava completo pois a África do Sul neste ano, agora com representantes dos quatro continentes. Com essa mudança estrutural dos BRICS, tal agrupamento firmou sua consolidação em dois pilares: a) a coordenação em foros multilaterais sobre temas comuns e b) construção de uma agenda de cooperação intra-BRICS (REIS, 2012).

Não se trata de uma coalizão ou aliança nos moldes oligárquicos, mas de uma associação de países que representam quase metade da população do planeta e parcela crescente da economia mundial, e que entende sua responsabilidade na construção de uma ordem internacional renovada (REIS, 2012, p.43).

É inegável que os BRICS têm uma enorme relevância nas relações sino-brasileiras, não se restringindo às áreas políticas. Por exemplo, na área da economia houve a formação do Novo Banco de Desenvolvimento – NBD, com sede em Xangai que serve como uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial. O descontentamento com essas duas instituições internacionais mencionadas anteriormente por parte não somente do Brasil, mas de todos os componentes dos BRICS, ocasionando a gestação de um outro importante ator financeiro internacional evidenciam o grande poder que estes Estados detêm na área da cooperação.

A criação do NBD não é apenas um reforço das estruturas macroeconômicas de cada Estado do BRICS frente a estrutura econômica global, mas um claro sinal de que essas potências regionais buscam cada vez mais através da cooperação atingir seus interesses individuais. No caso brasileiro, a importância do BRICS na área da economia política está numa alternativa as irreais expectativas de recomendações do FMI frente aos empréstimos. No caso brasileiro, a importância reside no poder que o *yuan*³⁷ assume frente ao dólar com o crescente poderio econômico chinês.

Para os BRICS, fortalecer o G-20 financeiro torna-se prioridade, visando a ampliação de seu peso nas decisões econômicas, ao mesmo tempo em que intensificam suas demandas de reforma as instituições tradicionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.443).

O BRICS representa um importante grupo internacional no que tange as pautas políticas. Observa-se uma forte articulação sino-brasileira no plano multilateral a fim de atingir objetivos e agendas em comum devido as suas similaridades políticas na arena do sistema internacional. Contudo, as relações multilaterais não se resumem ao viés político, mas abrangem também questões econômicas, securitárias e militares. Então, é necessário buscar compreender o multilateralismo sino-brasileiros através de outros organismos internacionais. Sendo um importante organismo internacional, o BRICS produziu reflexos nas relações multilaterais sino-brasileiras em outros arranjos internacionais, como por exemplo o G-20 e o G-4 em relação ao Conselho de Segurança da ONU. O exercício dos próximos subcapítulos é examinar a importância de outras instituições internacionais nas relações entre o Brasil e a China neste novo milênio.

³⁷ Moeda nacional chinesa.

4.2 – A dissonância no G-20

(...) o BRICS não é o único fórum de atuação dos emergentes e de suas demandas em torno da consolidação do multilateralismo, do multipolarismo e da atualização e reforma das estruturas e práticas de governança global. (...). Em termos econômicos, pode-se sugerir que o principal fórum é o G-20 (...) (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.442).

O Brasil e a China ganham destaque em suas relações multilaterais num momento bastante delicado no sistema financeiro internacional. A crise econômica global de 2008 apresentou efeitos devastadores para as principais economias desenvolvidas e abalou a reputação estadunidense e de instituições financeiras, tais como o FMI e o Banco Mundial. Diante da crise, o sistema internacional se mostrou propício para a projeção de atores de economias emergentes, como foi o caso do Brasil, Rússia, China e Índia (SCHUTTE, 2014).

Além da projeção deste Estados, o reforço do multilateralismo foi indispensável para se reafirmar nesse sistema cuja instituições tradicionais de regulação econômica internacional e de governança global. Então, em 2008, outros organismos internacionais surgem ou ganham outro significado para atender as necessidades desses novos Estados. Na área do reforço da articulação política, regimes sobre meio ambiente e pautas econômicas, o BRIC – que em 2011 acrescenta-se um “S” pela África do Sul – corresponde a esse tocante. Na área que abrange as políticas econômicas, aprimoramento do sistema financeiro e revisão dos bancos centrais, o Grupo dos 20 (doravante G-20) ganha um novo significado e peso no sistema internacional.

O G-20 surgiu de uma extensão do Grupo dos 8 (doravante G-8). Na verdade, o G-20 foi “criado em 1999 como uma espécie de G-8 ampliado com foco na discussão dos temas financeiros” (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.442). Arquetizado como uma resposta as cíclicas crises financeiras como os choques do petróleo e a crise asiática, o G-20 foi um aglutinamento de diversos Estados ao original G-8. Este grupo primário era composto pelas principais economias do globo – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e União Europeia – mais a Rússia. Carmo e Pecequilo argumentam que a importância do G-20 em detrimento do G-8 é explicada com “a percepção do declínio relativo não apenas dos Estados Unidos, mas do conjunto dos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, a ascensão dos emergentes apontava a existência de uma reconfiguração da ordem” (2014, p.444).

A crise global de 2008 evidenciou alterações estruturais na economia internacional com o crescimento do peso das grandes economias em desenvolvimento de renda média (China, Rússia, Índia e Brasil), e, em seguida sua inédita articulação política no grupo BRIC, e depois BRICS (com a integração da África do Sul). Diante

disso, os EUA e os demais países centrais reconhecerem a necessidade de incorporar essas economias a uma nova estrutura informal para a regulação internacional, dando luz à Cúpula do G20 (SCHUTTE, 2014, p.132)

O G-8 perdeu prestígio diante das várias crises que atingiram a economia internacional em escalas regionais e teve seu maior ofuscamento diante da crise de 2008. Neste momento, o G-20 ganhou protagonismo dado que servia como um fórum de diálogo que não se limitava as antigas potências econômicas – leia-se os integrantes do G-8-, e dava uma certa liberdade de diálogo e cooperação para Estados com economias emergentes e com grande potencial de investimento, como o caso dos Estados que compõem os BRICS e a Argentina, Coreia do Sul, Indonésia, México entre outros³⁸.

A história do multilateralismo sino-brasileiro não possui uma certa sintonia no G-20. Em primeiro lugar, o G-20 é um organismo internacional multilateral muito mais amplo que o BRICS, abrangendo mais atores com objetivos e pretensões por vezes destoantes. Para além, o G-20 é um grupo surgido estreitamente para discutir pautas econômicas. Por esta razão, a natureza econômica de cada Estado, bem como sua capacidade diante crises e suas intensidades nos fluxos de comércio internacional influenciam diretamente na atuação e pretensão de cada Estado. Sendo assim, as diferenças econômicas compartilhadas entre o Brasil e a China se ampliam no G-20. Isto é, não houvera por parte governo brasileiro nem do governo chinês uma articulação de parceria estratégica dentro deste grupo.

A falta de aproveitamento do multilateralismo no G-20 por parte do Brasil e da China não parte de um desinteresse no relacionamento sino-brasileiro, mas pela inserção de cada um destes Estados no sistema internacional no novo milênio, em especial após a crise de 2008. De acordo com Carmo e Pecequilo, a agenda de política externa, na área multilateral, adotada pelo presidente brasileiro Lula era a mais revisionista dentre os Estados que compunham o BRIC dentro do G-20.

Ainda que desprovido de *hard power*, o Brasil encontrou espaços na arena do *soft* e *cooptive power*, tendo como base uma atuação efetiva no multilateralismo regional e global. (...) O país foi capaz de fazer sua voz ser ouvida nos fóruns internacionais e suas posições serem tomadas em consideração nos acordos estabelecidos (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.442)

³⁸ O Grupo dos 20 atualmente é composto por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

O revisionismo brasileiro era basicamente um questionamento “em relação ao poder norte-americano” (2014, p.445). No âmbito das relações multilaterais dentro do G-20, as atuações que confirmam uma postura brasileira revisionista diante dos Estados Unidos foram as negociações posteriores com o Irã e Turquia no que condiz o programa nuclear pacífico do Irã, o desaprovamento das sanções impostas pelo Irã pelas ONU em 2010 e enormes críticas brasileiras aos países de economias já desenvolvidas, “atribuindo-lhes responsabilidade maior pela crise de 2008” (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.445).

A atuação brasileira era contrastante com a atuação chinesa dentro do G-20, surgindo aí a dissonância de suas relações multilaterais. A falta de aproximação da China para com o Brasil dentro do G-20 tem origens na atuação revisionista brasileira principalmente em relação aos Estados Unidos, e também em características que só a China carrega. O grande crescimento econômico chinês experimentado desde a atuação de Deng Xiaoping acarretou questões ainda a serem resolvidas pela a China. A expansão deste Estado, principalmente no tocante a sua economia, indiretamente insere a China numa posição em que esta não consegue se adequar visto suas “dificuldades enfrentadas pelo país para democratizar-se e adequar-se ao modelo ocidental” (FRIEDBERG, 2005 apud CARMO; PECEQUILO, 2014, p.444).

Devido ao grande peso econômico e político chinês no sistema internacional, a atuação chinesa não foi consonante com a atuação brasileira dentro do G-20. Em relação aos Estados Unidos, ao invés de seguir o modelo revisionista adotado pelo Brasil, a China optou por reforçar seu espaço político estratégico através do aumento da cooperação Sul-Sul sem entrar numa relação conflituosa com os estadunidenses (CARMO; PECEQUILO, 2014). Tendo em mente sua ascensão à potência econômica, a China busca se estabelecer no sistema internacional não seguindo os mesmos moldes que os Estados Unidos. Isto é, o Estado chinês tem em mente que haverá muitos gastos econômicos, políticos e militares caso se posicione como o principal ator *hegemon*. Como alternativa ao modelo ocidental de hegemonia, a China busca uma atuação mais incisiva no âmbito regional e um reforço na cooperação em diversas áreas através do multilateralismo. Como versam Carmo e Pecequilo, uma inserção chinesa visa “uma ascensão pacífica por meio de sua inserção nas instituições internacionais e uma política externa não confrontacionista, baseada em cooperação política e parcerias econômicas (...)” (2014, p.444).

As discrepâncias de atuação do Brasil e da China não produziram discussões inflamadas dado que ambos Estados estão cientes da importância que cada um assume para o outro, além de um esquivamento chinês a qualquer postura de confronto direto. Então, as relações

multilaterais sino-brasileiras dentro do G-20 se resumem a um conflito de interesses velado pela autonomia que o *yuan* assume diante o dólar. A “guerra de moedas”, isto é, um embate no sistema cambial internacional cujas moedas conflitantes são dos Estados Unidos – dólar- e da China – *yuan*-, não é uma briga brasileira. Mas tal “guerra”, atenuada após a crise de 2008, gera uma desvalorização do dólar e logo em seguida observa-se uma depreciação artificial do *yuan*, prejudicando o fluxo do comércio internacional e o balanço de pagamentos do Brasil.

Compreende-se que no âmbito do G-20, por ser um grupo que debate questões de cunho econômico-político, o multilateralismo sino-brasileiro apresentou uma certa irrelevância dado que devido as diferenças econômicas que cada país possui, não permitiram uma maior articulação para atingir objetivos e agendas em comum.

4.3 – O dilema dos países G-4 no Conselho de Segurança da ONU

Importantes instituições internacionais surgiram para sanar as necessidades securitárias do sistema internacional. Após a I Guerra Mundial, observa-se uma atenção da comunidade internacional nas pautas que abrangiam a segurança – como um conceito amplo- a fim de evitar um novo conflito generalizado. Como a história nos mostra, de nada adiantou esses mecanismos rudimentares de cooperação securitária, acarretando logo depois com a II Guerra Mundial e os diversos conflitos provenientes da Guerra Fria.

Nesse contexto, o século XX gestou, a partir da ONU, o Conselho de Segurança. Principal órgão regulador das questões de segurança internacional atualmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (doravante CSNU) é também um dos mais importante – se não o mais - fórum de debates e promotor de relações multilaterais no que tange arranjos militares e de defesa. Posto isto, é fácil compreender que o CSNU é o principal órgão decisório da ONU, uma vez que suas resoluções – isto é, as decisões tomadas – devem ser obrigatoriamente aceitas por todos os membros que compõem a ONU.

O precursor do CSNU foi o Conselho da Liga das Nações. A idealização do conselho (doravante CLN) era marcada pela solução pacífica de controvérsias no sistema internacional, cooperação para a promoção da paz e respeito mútuo entre os Estados – diretrizes essenciais do direito internacional público. Naquele período, os principais atores estatais que poderiam formar um bloco conciso eram os Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. A

configuração internacional no período pós I Guerra Mundial acreditava que tais Estados detinham grande capacidade estratégica e militar para lidar com questões que pudessem desestabilizar uma estrutura fragilizada pela guerra.

O CLN não logrou por dois motivos. O primeiro motivo foi a não adesão dos Estados Unidos à Liga das Nações, o que impediu deste ingressar no conselho. A Liga das Nações surgiu do anseio do presidente estadunidense Woodrow Wilson em criar um ambiente internacional regido pela paz visando diminuir os efeitos da anarquia no sistema internacional através da cooperação. Entretanto, o congresso estadunidense impediu a ratificação do Tratado de Versalhes em 1919 e consequentemente impediu o ingresso do mesmo na Liga das Nações. Surgia neste período, um organismo internacional carente de legitimação.

O CLN sem a participação dos Estados Unidos - uma das principais potências militares no período- levou a saída voluntária de outros Estados igualmente importantes, como caso da Itália e do Japão que aproveitaram a oportunidade de fragilidade do conselho para executar operações visando ganhos apenas para seus Estados. O segundo motivo que explica o insucesso da CLN como sistema de segurança coletiva foram os diversos conflitos que se sucederam com durante o período de atuação da CLN – período que compreende 1919 e 1946 – como, por exemplo, a invasão da região chinesa da Manchúria pelo Japão em 1931, a invasão italiana ocorrida na Etiópia em 1935, a Guerra do Chaco entre 1932 e 1935 e a expansão da Alemanha na região austríaca. Estes exemplos elencados são alguns dos diversos conflitos que ocorreram no período entre guerras evidenciando a falta de capacidade e legitimidade por parte do CLN (HERZ, HOFFMAN, 2004).

Após o fim da II Guerra Mundial, surge a Organização das Nações Unidas já no ano de 1945. Com efeito do fim da guerra, novos atores ganham destaque no sistema internacional. Isto é, diferentes Estados tiveram diferentes pesos após o fim dos conflitos. Desta maneira, os principais Estados que comporiam um novo sistema de segurança coletiva não obedeciam a mesma lógica do período do CLN. De acordo com Barbosa, “as lições aprendidas nos vinte anos de existência do CLN serviram para preparar o terreno para a criação do Conselho de Segurança da ONU (...), convertendo-o no núcleo do poder político da ONU” (2015, p. 16). Desta maneira, a formação do CSNU é composta por cinco membros permanentes. São eles: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.

O critério de unanimidade no processo de tomada das decisões foi abandonado no novo Conselho de Segurança e, em seu lugar, foi introduzido o voto por maioria,

embora com o dispositivo de que seria necessário o voto favorável (popularmente conhecido como poder de veto) dos cinco membros permanentes (BARBOSA, 2015, p.16).

Apesar do longo tempo de atuação, desde 1945 até os dias atuais, o CSNU só passou por três momentos de mudança. Até 1963, somente seis Estados poderiam ser membros não-permanentes num sistema rotativo. A primeira mudança ocorre neste ano, onde após uma reforma é admitido dez Estados para ser membros não-permanentes. Em 1971 ocorre a segunda mudança do CSNU onde a China representada pela delegação de Pequim substituiu a delegação de Taipei que representava Taiwan. A terceira e última alteração do quadro do CSNU condiz com o fim da Guerra Fria, ocasionando a substituição da URSS pela Rússia.

O tempo de existência do CSNU indica a natureza perene deste sistema de segurança. É notório que desde seu “nascimento” até os dias de hoje, o sistema internacional passou por diversas transformações de cunho conjuntural e estrutural. Isto é, o CSNU passou pelo fim da II Guerra Mundial; pelos conflitos da Guerra Fria, como à Guerra das Coreias (1950 – 1953), a Crise Cubana (1959-1962) e a Guerra do Vietnã (1959 – 1975); pelo fim do mundo bipolar com o declínio da URSS na década de 1990; e pelos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Compreende-se que as três mudanças ocorridas no CSNU não foram influenciadas por nenhum conflito desde a sua existência, sendo apenas transformações pontuais dentro do conselho.

Por isso, um dos principais argumentos dos Estados que não têm uma envergadura política tão forte dentro do CSNU, é que tal instituição desconsidera as mudanças internacionais. Isto é, alguns Estados pontuam que mudanças do sistema internacional evidenciam a necessidade de uma transformação do CSNU para atender as novas demandas de segurança uma vez que o ordenamento das relações internacionais no período pós II Guerra Mundial em quase nada se assemelham ao ordenamento atual.

Surge então, nesse contexto de questionamento do CSNU, o agrupamento multilateral dos Países do G-4 formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão que visam um assento permanente no conselho. De acordo com Pereira, as propostas do G-4 cogitam “a ampliação do número de países membros do órgão, procurando incluir dois dos principais financiadores das Nações Unidas (Japão e Alemanha) e potências reconhecidamente importantes nas esferas regionais, como o Brasil e a Índia” (PEREIRA, 2013, p.118).

(...) em 21 de setembro de 2004, o G-4 apresentou um comunicado conjunto de Imprensa, propondo a expansão do Conselho de Segurança da ONU de 15 para 25 membros, adicionando seis membros permanentes e quatro não permanentes. Os quatro países se declararam candidatos legítimos a membros permanentes do

Conselho de Segurança expandido, bem como apoiaram mutuamente as suas candidaturas (G4 NATIONS, 2004). Assim, o Brasil deixou bem claro que é candidato a uma vaga permanente no CSNU (BARBOSA, 2015, p.19).

A associação destes países busca angariar maior peso no pleito aos assentos permanentes. A relação multilateral entre estes quatro Estados está pautada no reconhecimento da importância de cada um dentro do sistema internacional. O Brasil é visto como um Estado de grande dimensão territorial e com proeminência regional capaz de representar os países da América do Sul e do Caribe nas questões de segurança. Alega-se que a Alemanha é um dos mais importantes Estados europeus na área econômica e política, além deste possuir tecnologia nuclear. A Índia também possui tecnologia nuclear e é considerada um forte representante regional do subcontinente indiano e do sudeste asiático. O Japão é uma das economias mais importantes do extremo oriente e com isso, busca por meio do G-4 conseguir um assento para lhe dar autonomia e independência nas questões de segurança que não envolvam somente a Ásia, mas o mundo no geral (BARBOSA, 2015 e PEREIRA, 2013).

O G4, formado por Brasil, Alemanha, Japão e Índia, defendeu o aumento do número de membros permanentes do Conselho. Segundo a proposta original desse grupo de países, o Conselho passaria a ter dez novas cadeiras, sendo seis permanentes e quatro não permanentes. Além dos quatro países que integram o grupo, eles defenderam a inclusão de mais dois países da África. A proposta original foi adaptada. Hoje, o G4 defende a formação de um Conselho com dez membros permanentes (PEREIRA, 2013, p.117)

Os Países do G-4 sofrem, no entanto, com a falta de atenção dada a todos os membros permanentes. O primeiro argumento, acerca da capacidade nuclear dos Estados, os membros permanentes assumem a importância de estes possuírem tal capacidade mas argumentam que este não seria um requisito determinante para um “improvável” ingresso como permanente no conselho. Esta posição já indica que a capacidade nuclear alemã e indiana não é um “diferencial” no pleito ao ingresso como permanentes.

No caso brasileiro, o principal Estado que incute no insucesso de um assento permanente é a própria China. De maneira controversa, as relações sino-brasileiras sofrem uma enorme discrepância nessa área. Se as relações bilaterais se fortalecem desde Mao Zedong e as relações multilaterais ganharam peso no novo milênio, na questão de segurança o Brasil e a China possuem papéis totalmente diferentes e antagônicos. Isso se dá não pela própria natureza brasileira percebida pela China, mas pelos parceiros que o Brasil utiliza para ganhar voz no CSNU.

Enquanto outros membros permanentes (EUA, Reino Unido, França e Rússia) argumentam que uma reforma desta poderia acarretar em uma perda de legitimidade e efetividade do CSNU, já que a ampliação do número membros permanentes e não-permanentes dificultaria o consenso de resoluções. A China demonstra uma resistência ao G-4 porque crê que a adesão da Índia indicaria um cerceamento da importância política chinesa na Ásia, dado que o Estado indiano poderia representar interesses regionais divergentes, além deste estar próximo geograficamente dividindo fronteiras com a China. Mesmo assim, a falta de apoio brasileiro por parte da China não decorre somente da participação indiana no G-4, mas principalmente do Japão. A parceria brasileira com o Japão e com a Índia no G-4 é o principal fator de desaprovação chinesa. Como versa Pereira, “a proposta do G4 sofreu oposição da China que discordou da inclusão do Japão como membro permanente” (PEREIRA, 2013, p.117). Esta posição chinesa decorre da herança dos diversos conflitos sino-nipônicos que ocorreram nos séculos XIX e XX, por conseguinte, dificilmente a China apoiará a entrada do Brasil já que historicamente possui laços litigiosos com o Japão.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais neste novo milênio, as pautas comerciais entre Brasil e China se ampliam e se diversificam. Ou seja, as exportações vão além dos *commodities* tradicionais como soja, milho e frango. E em contrapartida, as importações chinesas não se resumem mais a somente tecnologia de ponta ou produtos baratos penetrados através da pirataria. Em conjunto a isso, veículos de imprensa internacionais e produções acadêmicas trazem a luz do conhecimento geral a proeminência da economia chinesa, cuja moeda se torna cada vez mais forte e parece representar uma iminente “ameaça” à hegemonia do dólar no atual sistema monetário internacional pós Bretton Woods. O medo do Ocidente sobre a atuação econômica chinesa toma grandes dimensões a partir do momento em que a China anuncia, no segundo semestre de 2017, seu desejo em firmar acordos bilaterais com a Venezuela sobre compra de petróleo em sua moeda nacional - o *yuan* –, sendo este um possível ponto de inflexão no futuro da economia mundial.

Somado a isso, recentemente ocorreu a última cúpula do Partido Comunista Chinês. A atenção mundial estava voltada para as decisões tomadas dentro da cúpula, dado que este agrupamento decidirá inúmeras questões domésticas e norteará a China – e o mundo – nos próximos cinco anos. Apesar do recorte temporal deste trabalho não abarcar a atuação de Xi Jinping, é necessário elencar a importância de sua gestão. A atuação de Xi dentro da última cúpula evidenciou o caráter reformista deste líder e elevou este a um status igual a figura histórica de Mao Zedong. Além de não eleger um sucessor, Xi Jinping busca agregar mais poder ao ser eleito como secretário-geral do PCCh e presidente da Comissão Militar Central. Também foi responsável por indicar e delegar novos rearranjos de integrantes do PCCh, somando a mudança de diversas instituições internas.

Constata-se que a China assume na arena internacional um enorme papel, ascendendo ao mesmo patamar econômico da atual potência mundial: Estados Unidos. O seu grande crescimento e desenvolvimento econômico somado a uma pujante transformação política encabeçada por Xi Jinping, revela que nas próximas décadas as relações internacionais contarão com eventos protagonizados por esse gigante dragão asiático.

Por outro lado, as diversas crises e escândalos políticos que assolam o Brasil afetam fortemente a qualidade da imagem brasileira no exterior. Observa-se uma ruptura da política

externa brasileira construída desde o início da gestão de Lula e continuada por Dilma. A instabilidade política brasileira visualizada no final da atuação de Dilma e amplificada após sua deposição, nos mostra que o Brasil sofre com desprestígio na arena internacional. Evidente são as recentes críticas dos países componentes do Mercosul acerca da atuação diplomática brasileira que teve três diferentes ministros no Ministério das Relações Exteriores em menos de dois anos.

Esses últimos anos foram igualmente transformadores e decisivos para o Brasil e a China. Com certeza, as relações bilaterais e multilaterais sino-brasileiras na próxima década sofrerão forte influência dos acontecimentos atuais. Apesar das limitações que este trabalho apresenta, buscamos descrever e analisar o panorama geral das relações entre o Brasil e a China, desde a sua formação até este novo milênio de forma a tornar mais legíveis as pretensões que ambos países apresentam no reforço de sua parceria na primeira década deste século.

Como versado inúmeras vezes, o Brasil e a China possuem incontáveis diferenças que adiaram um vínculo entre ambos. Mesmo assim, as primeiras tentativas de se estabelecer uma relação se iniciaram no início do século XIX, com a primeira onda migratória chinesa para o Brasil. Mesmo desejando articular um sistema de trabalho que abarcasse chineses nas lavouras brasileiras, a dissintonia entre os governos de ambos os países não permitiu lograr uma aproximação política efetiva entre esses Estados como foi no caso do Japão com sua primeira migração. Além das distâncias geográficas, as distâncias de realidades e dinâmicas regionais associado a transformações políticas internas entre cada Estados, mostraram que não havia uma necessidade de uma construção de relações entre o Brasil e a China até o final da metade do século XX.

Com o final da II Guerra Mundial, o mundo estava dividido entre os Capitalistas e os Comunistas e mesmo estando em lados antagônicos, o Brasil e a China “deixaram as diferenças de lado” e buscaram se associar ao perceberem que possuíam pretensões em comum. Buscando-se desvencilhar da dicotomia que ditava as relações internacionais no contexto da Guerra Fria, tanto o Brasil quanto a China perceberam a importância que cada um destes Estados poderia oferecer numa possível parceria. Não significa necessariamente que o Brasil via a China como uma alternativa aos Estados Unidos, ou que o sistema político chinês implementado depois da revolução poderia ser importado para cá. O Brasil, mesmo com o golpe militar, percebeu que a China compartilhava o mesmo status de “país em desenvolvimento” e buscava uma autonomia

através de laços com países periféricos, além da grande capacidade comercial que o país poderia oferecer para as reformas econômicas brasileiras durante o período.

A China de Mao Zedong via o Brasil como um importante ator latino-americano que compartilhava das mesmas características, tais com: dimensão continental, economia com potencialidade de atingir um avançado estágio de desenvolvimento, pouco espaço e voz perante suas pautas durante a Guerra Fria e disposição periférica no sistema internacional. Com a sintonia entre ambos os Estados, somente em 1974 é que se firmam oficialmente as relações diplomáticas sino-brasileiras. A partir deste momento, é que surgem de fato as relações bilaterais e multilaterais entre esses dois Estados. As relações bilaterais ganharam força com Deng Xiaoping enquanto o multilateralismo se mostrou mais forte a partir do novo milênio.

No tocante as relações bilaterais, é notório que houve uma inflexão assim que Lula e Hu Jintao assumiram o poder. Além das mudanças estruturais que o sistema internacional estava sofrendo no início do novo milênio, a percepção de mundo de cada um desses líderes foi decisiva para o reordenamento das relações bilaterais. Isto é, a postura adotada Mao Zedong, Deng Xiaoping e Jiang Zemin eram de maior assertividade nas relações com o Brasil. Estes três líderes chineses entendiam a importância do reforço das relações para com o Brasil e por isso, em suas gestões é que se firma a parceria sino-brasileira em diversas áreas. Compreende-se que as relações bilaterais tiveram início com Mao Zedong, aprofundamento do canal diplomático e político com Deng Xiaoping, afirmação da parceria estratégica principalmente área científico-tecnológica comandada por Jiang Zemin.

Com o novo milênio, tanto o Brasil e a China tinham objetos e caminhos diferentes das décadas anteriores. Lula assumiu uma maior importância por lograr em alcançar uma autonomia de política externa cuja base era a ampliação e diversificação de parceiros. Não se pode dizer que a atuação de Hu Jintao para com o Brasil foi mais “morna” porque este não percebia a eminência brasileira, mas sim pelo fato de que este voltou sua atenção quase que exclusivamente para as questões comerciais. Em outras palavras, observando o grande avanço nas áreas políticas e estratégicas realizados por Deng Xiaoping e Jiang Zemin, Hu Jintao priorizou reforçar e aprofundar o lado econômico e comercial das relações sino-brasileiras no plano bilateral. Desde a oficialização das relações sino-brasileiras, a gestão de Hu Jintao deixou um hiato em suas relações diplomáticas, o que permitiu pela primeira vez o protagonismo e a asserção de um líder brasileiro. Depreende-se então que no novo milênio, houve um

compartilhamento de “funções” das relações bilaterais sino-brasileiras, ou seja, enquanto Hu Jintao privilegiou o lado econômico, Lula buscou reforçar o lado político das relações bilaterais.

Os processos multilaterais que englobam as atuações chinesas e brasileiras – em consonância ou dissonância – são anteriores ao novo milênio. Entretanto, durante a coleta preliminar de materiais para a elaboração deste trabalho, constatou-se que a parte multilateral das relações sino-brasileiras no século XX se limitaram à inserção e legitimação da China no circuito econômico global. A parceira brasileira no pleito à entrada da China na Organização Mundial do Comércio é o principal sucesso visualizado no multilateralismo anterior ao século XXI. Porém, como este trabalho se limitou a focar nas relações políticas e diplomáticas, a atenção voltou-se exclusivamente para o século XXI dado que este período é o mais rico no tema proposto.

As atuações do Brasil e da China nos principais órgãos multilaterais mostrou-se por vezes contrastantes. O BRICS é o principal organismo internacional de consonância de atuação entre estes dois países. Visando atingir objetivos em comum além de aprofundar suas parcerias a fim criar um ambiente internacional pacífico e harmonioso, o BRICS é o órgão multilateral mais abrangente pois seus membros levantam questões que vão desde a gestão comercial mais horizontal até o apoio para solução de controvérsias em outros órgãos igualmente importantes. Dentro deste órgão, a China possui maior importância devido sua proeminência na doação dos recursos para funcionamento do mesmo. Mesmo assim, este Estado preza por reciprocidade mútua e igualdade de voz, o que permite concluir que o BRICS é o principal palco do multilateralismo sino-brasileiro.

Os outros arranjos multilaterais analisados – G-20 e G-4 – nos mostram que há uma grande lacuna das relações sino-brasileiras no que tange questões de economia política e segurança internacional. A atuação do Brasil e da China no G-20 mostra-se distante dado que as naturezas econômicas destes países são contrastantes em seu modo de inserção e atuação no século XXI. Já analisando o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o G-4, percebe-se que o Brasil e a China possuem características irreconciliáveis na área militar. A capacidade tecnológica, grande poderio militar na esfera regional, além de ser um dos países nuclearizados reafirma a importância da China em seu assento permanente no CSNU. Por outro lado, o Brasil não possui a mesma expressão regional no campo militar e não possui aparato tecnológico e/ou nuclear capaz de despertar destaque no sistema internacional. Mesmo que estes sejam fatores importante que acarretariam na falta de apoio chinês, de fato a China tem como justificativa os

laços formados pelo Brasil. As parceiras brasileiras com a Índia e com o Japão é o principal impeditivo que a China utiliza para não apoiar a reforma no CSNU favorável a adesão permanente do Brasil em uma cadeira.

Levantado estas considerações, conclui-se que a hipótese trazida por este trabalho foi em parte confirmada (pretensões brasileiras) e parte foi refutada (pretensões chinesas). A perspectiva brasileira de ampliar e diversificar seus parceiros é anterior ao novo milênio – evidenciando uma continuidade da política externa brasileira neste tocante – e ganhou força com a proeminência brasileira e chinesa nestas últimas décadas. As relações sino-brasileiras permitiram uma legitimação da maior autonomia tanto regional quanto global do Brasil. Isto se confirma uma vez que o grande fluxo de comércio proveniente da China, aprofundamento de suas parcerias estratégicas além do apoio multilateral no BRICS foram um dos principais fatores que permitiram maior visibilidade do Brasil no sistema internacional.

É claro que com a mudança de postura de Hu Jintao frente as relações sino-brasileiras, a perspectiva chinesa mudou em relação ao final do século passado. De fato, a China busca ampliar seu mercado a fim de escoar sua enorme produção, por isso suas atenções se voltaram a regiões como a África Subsaariana e a América Latina. As várias visitas oficiais realizadas por Hu Jintao, com propostas econômicas em diversos países tradicionalmente pertencentes a periferia global, enfatizam a asserção deste líder nas questões comerciais. Claramente o Brasil assume uma enorme importância visto que este é o ator latino-latino mais importante e que serve como fundamental parceiro para a projeção comercial chinesa na América Latina. Contudo, a atuação chinesa para com o Brasil não se resume a apenas uma forte parceria comercial. Apesar do protagonismo do presidente Lula no início deste século, a China entende que o Brasil é um importante parceiro político, diplomático e em áreas estratégicas como, por exemplo, a esfera científico-tecnológica. Várias incertezas atualmente pairam sobre o futuro do BRICS – o principal agrupamento multilateral entre o Brasil e a China -, mas se entende que as relações bilaterais e multilateralismo sino-brasileiro como extremamente importante por ambos dado que estes compartilham inúmeras ideias, objetivos e valores em comum acerca da governança global.

6 – REFERÊNCIAS

AGUIAR, Laís Bretones de. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. Universidade de Brasília, 2014. Disponível em < <http://bit.ly/2ymxxhb> >. Acessado em 15 de setembro de 2017.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Brasil-China: uma parceria em três dimensões**. Seminário organizado pelo Grupo de Estudos Brasil-China do Centro de Estudos Avançados (CEAv/GR). Disponível em < <http://bit.ly/2kU9yQT> >. Acesso em 14 de junho de 2017.

ALEXANDRE, Valentim. **O império português (1825-1890): ideologia e economia**. *Análise Social*, vol. Xxxviii (169), 2004, 959-979. Disponível em < <http://bit.ly/2zdS18w> >. Acessado em 08 de agosto de 2017.

ALTEMANI, Henrique, de Oliveira. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** *Rev. Bras. Polít. Int.* 53 (2): 88-106 [2010]. Disponível em < <http://bit.ly/2gnN4Gv> > Acessado em 01 de junho de 2017.

_____ **O Brasil e a Ásia**. In: ALTEMANI, H; LESSA, A. C. **Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas**. Ed. Saraiva, São Paulo, 2006.

BARBOSA, Edgar Luiz Siqueira. **A perspectiva de o Brasil ingressar no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente**. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em < <http://bit.ly/2IFI8P4> >. Acessado em 29 de setembro de 2017.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em < <http://bit.ly/2iSxTWF> >; Acessado em 13 de agosto de 2017.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso por ocasião de jantar oferecido em homenagem ao Senhor Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China**. 2001. Disponível em < <http://bit.ly/2ymR8xR> >. Acessado em 14 de julho de 2017.

BOL, Peter K; KIRBY, William C; ELLIOT, M. **The Manchus and the Qing Dynasty.** China (Part 6). Harvard, 2017. Disponível em < <http://bit.ly/2yny8z6> >. Acessado em 11 de setembro de 2017.

BORBA, Pedro dos Santos de. **O Brasil do Império à República: Economia e Política Externa na Transição Hegemônica Mundial.** PUC-Rio, Caderno de Relações Internacionais, v.4, n.1, 2011. Disponível em < <http://bit.ly/2yo7VQS> >. Acessado em 02 agosto de 2017.

CARMO, Corival Alves; PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Tensões Emergentes entre o Brasil e a China: o G-20 e a América do Sul.** Anuario de Integración 10 | Año 2014. Disponível em < <http://bit.ly/2yoecMo> >. Acessado em 17 de setembro de 2017.

CAVALCANTE, Thamirys Ferreira. **As Relações Nipo-Brasileiras.** Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em < <http://bit.ly/2gop8mf> >. Acessado em 11 de setembro de 2017.

CONVENÇÃO DE BEIJING. 1860. Disponível em < <http://bit.ly/2zphqAl> >. Acessado em 13 de agosto de 2017.

CHANG-SHENG, Shu. **Chineses no Rio de Janeiro.** Portal Ciência e Vida – História, 2009.

DECRETO LEI Nº 48295. **Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.** 18 de abril de 1961. Disponível em < <http://bit.ly/2xKLTZ9> >. Acessado em 14 de agosto de 2017.

DUARTE, Danilo Freire. **Uma breve história do ópio e dos opióides.** Rev Bras Anestesiol 2005; 55: 1: 135 – 146. Disponível em < <http://bit.ly/2xLlPG> >. Acessado em 21 de junho de 2017.

EMBAIXADA CHINESA NO BRASIL. **As Relações bilaterais políticas.** 2004. Disponível em < <http://bit.ly/2gpm0H1> >. Acessado em 21 de junho de 2017.

GRIES, Peter. **Nationalism, Indignation and China's Japan Policy.** SAIS Review vol. XXY no.2 (Summer-Fall 2005). Disponível em < <http://bit.ly/2zudICd> >. Acessado em 11 de setembro de 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea R. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

ITO, Nobuhiko. **O caminho dos imigrantes japoneses – Brasil.- Século 20**. Ed. Nikkey Shimbun, 1986. Disponível em < <http://bit.ly/2gg151V>>. Acessado em 01 setembro de 2017.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado na China de Hoje**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em < <http://bit.ly/2ytqTVL> >. Acessado em 23 de abril de 2017.

KARL, Rebecca E. **Mao Zedong and China in the Twentieth-Century World – a concise history**. Duke University Press, Durham and London, 2010. Disponível em < <http://bit.ly/2x1CHEH> >. Acessado em 24 agosto de 2017.

KERKHOF, V. **El maoísmo. El largo camino de China**. Fundación Editorial de Literatura Reformada (FELIRE), 1996. Disponível em < <http://bit.ly/2yrcyqY> >. Acessado em 14 setembro de 2017.

LULA, Luís Inácio, da Silva. **Discurso do Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário “Brasil – China: Um salto necessário”**. Bndes – Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003. Disponível em < <http://bit.ly/2ymsygt>>. Acessado em 12 julho de 2017.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio**. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014. Disponível em < <http://bit.ly/2zgeWQB> >. Acessado em 24 de agosto de 2017.

MARIANO, Karina Pasquariello. **Globalização, Integração e o Estado**. Lua Nova, São Paulo, 71: 123-168, 2007. Disponível em < <http://bit.ly/2yOMCsl> >. Acessado em 20 de setembro de 2017.

MCKEOWN, Timothy James. **Hegemony in International Relations**. International Relations – Vol. II, Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS), 2015. Disponível em < <http://bit.ly/2yvKpkH> >. Acessado em 17 de maio de 2017.

MENDONÇA, Bruno Macêdo. **A transição de Deng Xiaoping e a China Contemporânea: Continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada**. Universidade de

Brasília, Brasília, 2009. Disponível em < <http://bit.ly/2ilJyJN> >. Acessado em 20 de julho de 2017.

MINGDE, Li. **As relações sino-brasileira: passado, presente e futuro**. In: FUJITA, E. S. **O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes**. Brasília: IPRI, 2003. Disponível em < <http://bit.ly/2hKLbjM> >. Acessado em 24 agosto de 2017.

MRE, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunicado conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China**. Atos Internacionais / Bilaterais, 1974. Disponível em < <http://bit.ly/2x0BpAn> >. Acessado em 21 de abril de 2017.

_____. **Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Atos Internacionais / Bilaterais, 1982. Disponível em < <http://bit.ly/2ysPato> >. Acessado em 21 de abril de 2017.

_____. **Declaração à imprensa do Vice-Presidente Michel Temer por ocasião da IV Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação – COSBAN**. Brasília, 26 de junho de 2015. Disponível em < <http://bit.ly/2xLpuuO> >. Acessado em 12 junho de 2017.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICS**. Global Economics Paper No. 66, 30th November 2001. Disponível em < <http://bit.ly/2z2ZURA> >. Acessado em 20 de setembro de 2017.

PEREIRA, Analúcia. Danilevicz; MEDEÍROS, Klei. **O Prelúdio da Cooperação Sul Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de à Conferência de Buenos Aires**. 1º Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em < <http://bit.ly/2yOKgdh> >. Acessado em 17 maio de 2017.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: Notas Preliminares**. Conjuntura Global Curitiba, Vol. 2, n.3, jul./set., 2013, p.117-121. Disponível em <<http://bit.ly/2zsZox6>>. Acessado em 02 de outubro de 2017.

REIS, Célia. **A extradição de Macau para a China no início do século XX – Práticas coloniais entre a afirmação e a manutenção**. Relações Internacionais Dezembro : 2015 48 [Pp. 123-137]. Disponível em < <http://bit.ly/2yOKp0j> >. Acessado em 14 junho de 2017.

REIS, Danilo; ASSUNÇÃO, Isadora; LEMOS, André. **Cooperação internacional: a influência dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na construção da atual política externa brasileira.** *Connexio, Revista Científica da Escola de Gestão de Negócios*. 2012. Disponível em <<http://bit.ly/2ytsqe4>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

REIS, Maria Edileuza Fontes. **BRICS, surgimento e evolução.** P.31 – 47. 2012. Disponível em <<http://bit.ly/2hLNYsX>>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

RINALDI, Augusto Leal; MORINI, Cristiano. **Estado e Organismos Internacionais: limites à cooperação sob a ótica realista.** B JIR. *Brazilian Journal of International Relations*, Edição Quadrimestral | volume 4 | edição nº3 | 2015. Disponível em <<http://bit.ly/2ymUWiD>>. Acessado em 17 de setembro de 2017.

ROSA, Raquel I. León de La. **La Política Exterior de la República Popular de China, la llegada de Xi Jinping y sus vínculos en América Latina.** Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México, 2013. Disponível em <<http://bit.ly/2gKnOY1>>. Acessado em 25 de junho de 2017.

ROSITO, Tatiana. **Evolução das relações econômicas Brasil-China e Perspectivas futuras.** In: LIMA, S. E. M. (org). **Brasil e China: 40 Anos de Relações Diplomáticas. Análises e documentos.** Brasília: Funag, 2016, p.57-103.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Trajatória do G20 e a regulação do poder mundial.** *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº9, julho/2014. Disponível em <<http://bit.ly/2gqMGqF>>. Acessado em 17 de setembro de 2017.

SILVA, Athos Munhoz. Moreira da. **As relações entre a República Popular da China e o Japão: Da Guerra Fria à Interdependência.** UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em <<http://bit.ly/2ywJssx>>. Acessado em 13 de julho de 2017.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes. **A política externa brasileira nos oito anos do Governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo.** In: PAULA, M. “Nunca antes na história desse país”...? **Um Balanço das políticas do Governo Lula.** Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://bit.ly/2zfDLfp>>. Acessado em 20 de agosto de 2017.

TISDELL, Clem. **Economic Reform and Openness in China: China's Development Policies in the Last 30 Years**. *Economic Analysis & Policy*, Vol. 39 No. 2, Setembro de 2009. Disponível em < <http://bit.ly/2hK4cmi> >. Acessado em 10 de abril de 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, n°2, julho/dezembro 2007, p. 273-335. Disponível em < <http://bit.ly/2x1tsuU> >. Acessado em 09 de agosto de 2017.

VILELLA, Eduardo V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. PUC-SP, São Paulo, 2004. Disponível em < <http://bit.ly/2zdWYy8> >. Acesso em 04 de junho de 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976, p. 229-233. Disponível em < <http://bit.ly/2xLo9E4> >. Acessado em 29 de abril de 2017.

WANG, Lake. **The good neighbor: why China cooperates**. *Harvard International Review*, Cambridge, v. 29, n. 3, pp. 38-41, 2007. Disponível em < <http://bit.ly/2zfxeBl> >. Acessado em 10 de junho de 2017.

WEI, Shen. **In the Mood for Multilateralism? China's Evolving Global View**. *Centre Asie Ifri*, 2008. Disponível em < <http://bit.ly/2gKzhGL> >. Acessado em 11 de julho de 2017.

WILLIAMS, Christopher B. **110 years of humiliation from 1839 to 1949: China's grand strategy**. University of Maryland University College, Adelphi, Maryland, 2004. Disponível em < <http://bit.ly/2zrV1it> >. Acessado em 15 de julho de 2017.

ZARROW, Peter Gue. **China in War and Revolution 1895-1949**. *Asia's transformations*. Edited by Mark Selden. Binghamton and Cornell Universities, USA, 2005.

ZHAO, Suisheng. **Hu Jintao's Foreign Policy Legacy**. *E-International Relations*, 08 de dezembro de 2012. Disponível em < <http://bit.ly/2yOFk7R> >. Acessado em 14 agosto de 2017.